

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

KATIA TONDORF

**AUDITORIA, CONTROLES INTERNOS E *COMPLIANCE* NAS POLÍTICAS
DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO: UMA ANÁLISE DAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO BRASIL**

FLORIANÓPOLIS (SC)

2012

KATIA TONDORF

**AUDITORIA, CONTROLES INTERNOS E *COMPLIANCE* NAS POLÍTICAS
DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO: UMA ANÁLISE DAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO BRASIL**

Monografia apresentada ao
Curso de Ciências Contábeis,
do Centro Sócio-econômico,
da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito
parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Ciências
Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Luiz
Alberton.

FLORIANÓPOLIS (SC)

2012

KATIA TONDORF

**AUDITORIA, CONTROLES INTERNOS E *COMPLIANCE* NAS POLÍTICAS
DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO: UMA ANÁLISE DAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO BRASIL**

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, Junho de 2012.

Professor Irineu Afonso Frey, Dr.

Coordenador de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Compuseram a banca examinadora:

Professor Luiz Alberton, Dr.

Orientador

Professora Evelyse Nicole Chaves de Amorim

Co-orientadora

Professor, Irineu Afonso Frey, Dr.

Membro

RESUMO

TONDORF, Katia. **Auditoria, Controles Internos e *Compliance* nas políticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: Uma Análise das Instituições Financeiras do Brasil**. 2012. 67f. Monografia – Curso de Graduação em Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

As instituições financeiras são um dos alvos dos criminosos para a prática da lavagem de dinheiro. Para coibir essa ação dos criminosos é necessário que essas cumpram com todas as exigências contidas nos normativos. A presente pesquisa tem por objetivo verificar o cumprimento das normas de prevenção à lavagem dinheiro (auditoria, controles internos e *compliance*) pelas Instituições Financeiras do Brasil. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, documental, com abordagem quantitativa quanto aos procedimentos e qualitativa quanto à análise dos resultados. Constatou-se como resultado da presente pesquisa que nenhuma das Instituições Financeiras cumpriu o exigido pela legislação em 100% no que tange aos itens analisados, não aderindo totalmente às práticas e políticas estabelecidas pela legislação (Lei nº 9.613/98, Resolução BACEN nº 2.554/98 e da Circular BACEN nº 3.461/09). Como resultado geral constatou-se que a amostra de Instituições analisada cumpriu em média 83% do *check-list* elaborado a partir dos normativos citados. Diante disso, os resultados sugerem que existem lacunas a serem preenchidas e monitoradas pelas Instituições pesquisadas, para que haja o aumento e fortalecimento dos controles e redução dos riscos das Instituições estudadas.

Palavras Chave: Auditoria. Controles Internos. *Compliance*. Lavagem de Dinheiro. Instituições Financeiras.

ABSTRACT

Audit, Compliance and Internal Control Policies for the Prevention of Money Laundering: An Analysis of Financial Institutions in Brazil

This research aims to verify compliance with the standards of money laundering prevention (audit, internal controls and compliance) for Financial Institutions in Brazil. This is an exploratory and descriptive study, bibliographical and documentary, with quantitative and qualitative procedures in order to assess the results. It was found as a result of this research that none of Financial Institutions has fulfilled 100% the requirements of the law, referring to the four items discussed: Master Guest, Suspicious Transactions, Communication, Competent Authorities and Internal Controls. It was observed that the institutions adopt various practices and policies established by legislation (Law No. 9.613/98, 2.554/98 ° BACEN Resolution and the Central Bank Circular 3.461/09), although not yet fully joined the main normative prevention and control money laundering issues. As a general result it was found that the institutions fulfilled an average of 83% of the check-list drawn from the normative cited. Thus, the results suggest that there are gaps to be filled by the institutions surveyed and monitored, in order to increase and strengthen the controls and reduce the risks of the institutions studied.

Keywords: Audit. Internal Controls. Compliance. Money Laundering. Financial Institutions.

À minha família e
Orientadores pela paciência e apoio.

“Estamos aqui para fazer alguma diferença no universo,
Se não, porque estar aqui?”

Steve Jobs

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por sempre me dar força e iluminar nos momentos difíceis.

Ao professor Luiz Alberton pelo privilégio de ter sua orientação neste trabalho, sendo ele uma pessoa de muitos compromissos aceitou com muito carinho e dedicação o meu pedido de orientação. Agradeço também pelo seu exemplo de excelente mestre e profissional.

À Evelyse Nicole Chaves de Amorim, professora e amiga, por todo tempo, atenção e paciência dispensada na co-orientação deste trabalho, suas sugestões foram imprescindíveis para o êxito desta pesquisa.

Aos meus mestres professores do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, por todo conhecimento repassado.

Aos meus pais, Haroldo Genésio Tondorf e Eolita da Silva Tondorf por sempre me apoiarem em todos os meus sonhos, mesmo quando eles pareciam muito distantes; por aceitarem o desafio de mudarem de cidade para que eu pudesse estudar na Federal; por sempre acreditar em mim.

Ao meu namorado Fernando Bernardo Lemhkuhl pela paciência, cumplicidade e apoio na superação de todos os desafios desta trajetória.

Aos meus familiares, por sempre estarem presentes.

Aos meus queridos e sempre dispostos amigos Mariluci Iez, Julia Besen, Gabriela Rockembach dos Santos, Jaques Nunes, Manoela Oliveira e Fernanda Gabriela dos Santos, pois sem vocês tudo seria mais difícil.

Aos demais amigos e colegas que torcem pela minha felicidade.

À Universidade Federal de Santa Catarina pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: <i>Check-List</i> sobre Informações Relativas ao Cadastro de Clientes.....	17
Quadro 02: <i>Check-List</i> sobre Transações Suspeitas.....	18
Quadro 03: <i>Check-List</i> sobre Comunicação às Autoridades Competentes.....	19
Quadro 04: <i>Check-List</i> sobre Controles Internos.....	19
Quadro 05: Exigências Contidas na Lei Nº 9.613/1998, conforme art. 10 e art. 11	25
Quadro 06: Exigências Contidas na Resolução nº 2.554/1998.....	28
Quadro 07: Relação dos Normativos Emitidos até 2009 pelo BACEN.....	30
Quadro 08: <i>Check-List</i> respondido: Informações Relativas ao Cadastro de Clientes.....	37
Quadro 09: <i>Check-List</i> respondido: Transações Suspeitas	41
Quadro 10: <i>Check-List</i> respondido: Comunicação às Autoridades Competentes.....	44
Quadro 11: <i>Check-List</i> respondido: Controles Internos.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABBI	Associação Brasileira de Bancos Internacionais
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AICPA	Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados
ART	Artigo
AUDIBRA	Instituto dos Auditores Internos do Brasil
BACEN	Banco Central do Brasil
BANESE	Banco do Estado do Sergipe
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BCPS	<i>Basel Committee on Banking Supervision</i>
BIC	Banco Industrial e Comercial
BRB	Banco de Brasília
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos Nacionais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FT	Financiamento ao Tráfico
LD	Lavagem de Dinheiro
Nº	Número
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PLD	Prevenção à Lavagem dinheiro
PPE	Pessoas Politicamente Expostas
SA	Sociedade Anônima
SAS	<i>Statement Auditing Standards</i>
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. TEMA E PROBLEMA	13
1.2. OBJETIVOS	14
1.2.1. Objetivo geral	14
1.2.2. Objetivos específicos.....	14
1.3. JUSTIFICATIVA	14
1.4. METODOLOGIA.....	15
1.5. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	20
1.6. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	21
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1. LAVAGEM DE DINHEIRO – Origem e Conceitos	22
2.2. NORMAS DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO NO BRASIL	25
2.3. AUDITORIA NA PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO	32
2.4. CONTROLES INTERNOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	32
2.5. <i>COMPLIANCE</i>	34
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	36
3.1. CADASTRO DE CLIENTES	36
3.2. TRANSAÇÕES SUSPEITAS	39
3.3. COMUNICAÇÃO ÀS AUTORIDADES	44
3.4. CONTROLES INTERNOS	46
3.5. PERCENTAGEM DE ADERÊNCIA DAS INSTIUIÇÕES	50
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	52
REFERÊNCIAS	54
ANEXO E APÊNDICE	57
<i>ANEXO 01 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS LISTADAS NA BOVESPA.....</i>	<i>57</i>
<i>APÊNDICE 01 – DETALHAMENTO DO NÃO ATENDIMENTO</i>	<i>58</i>

1. INTRODUÇÃO

Diariamente nos deparamos com casos de roubos, seqüestros, tráfico de drogas e outras espécies de crimes que são praticados individualmente ou por organizações criminosas, noticiados pelos jornais. Objetivando coibir a prática desses crimes, a sociedade e as autoridades competentes buscam meios para impedir que os criminosos usufruam do dinheiro obtido de maneira ilegal, já que os criminosos dependem da lavagem de dinheiro para manter-se em funcionamento.

De acordo com o COAF (1999), a lavagem de dinheiro é um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam dissimular a verdadeira origem dos recursos, bens ou serviços que estão ligados a atividades ilícitas. As instituições financeiras são alvo no processo desse processo de lavagem dinheiro. Como citado, tal procedimento ocasiona uma série de problemas de cunho econômico e social, bem como os próprios riscos inerentes à imagem e o patrimônio dessas instituições.

Além disso, verifica-se que esse dinheiro sujo influencia o mercado financeiro, com consequência de desvalorização da moeda e pressão sobre o câmbio. As dificuldades para evidenciar o dinheiro lavado e para descobrir os crimes praticados resultam em impunidade dos criminosos poderosos, estímulos para mais corrupção e acaba-se desacreditando parcialmente do poder da justiça (AMORIM, 2011).

Não se sabe com precisão a quantidade dos recursos que são lavados anualmente, entretanto foram feitas várias tentativas: segundo o Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas, o montante de dinheiro lavado, proveniente apenas do tráfico de drogas, é de US\$ 500 bilhões por ano, ou 3% do PIB mundial (UNDCP, 1998).

Outras estimativas como a de Michael Camdessus, (CAMDESSUS, 1998), ex-diretor gerente do FMI, revelam montantes ainda maiores, entre 2% e 5% do PIB mundial; ou seja, entre US\$ 600 bilhões e US\$ 1,5 Trilhão por ano. Já para o consultor criminalista australiano John Walker, esse montante chegou a US\$ 2,85 trilhões por ano de recursos lavados na economia mundial no fim da década passada (WALKER, 1999).

Com essa preocupação as autoridades brasileiras editaram a Lei n. 9.613/98, em março de 1998. A partir dessa legislação a criminalização da lavagem de dinheiro ocorreu no Brasil e, por determinação da própria lei, foi criado o Conselho de Controle das Atividades Financeiras – COAF, órgão responsável pela coordenação dos esforços contra a lavagem de dinheiro no Brasil, ligado ao Ministério da Fazenda.

A referida Lei exigiu diversas ações para os setores considerados alvo, como instituições financeiras, mercado imobiliário, casas de câmbio, loterias, mercado artes e antiguidades, empresas de cartão de crédito, assim como o comércio de jóias, pedras e metais preciosos.

No que tange às instituições financeiras, dando cumprimento às obrigações impostas pela Lei nº 9.613/98, o Banco Central editou normativos específicos, como a Resolução nº 2.554/98 e Carta Circular 3.467/09, utilizadas neste estudo, que dispõem a respeito de Políticas de Prevenção e Combate a Lavagem dinheiro e estabelece controles, como a implementação de auditoria, controles internos e *compliance*.

Em março de 2012, visando aumentar os controles que previnam a lavagem de dinheiro em instituições financeiras, foi emitida pelo BACEN a Circular nº 3.542, que divulgou a relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98, passíveis de comunicação ao COAF, aumentando o rol taxativo de atividades ilícitas.

Ainda preocupados com esse tema e avançando rumo a uma legislação mais moderna, recentemente, em junho de 2012, o Plenário do Senado aprovou o projeto de lei que atualiza a Lei nº 9.613/98, com intuito de torná-la mais eficaz. Conforme o site de notícias G1 (2012), entre as principais alterações está a possibilidade de punição para lavagem de dinheiro proveniente de qualquer origem ilícita. Atualmente a lavagem só configura-se como crime se o dinheiro envolvido vier da lista de atividades ilícitas predefinida nesta referida lei, tais como tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, seqüestro, crimes praticados por organização criminosa e crimes contra a administração pública e o sistema financeiro.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A preocupação do governo com o fim da lavagem de dinheiro em todo o mundo é notadamente clara. Para isso, leis e normativos emitidos com intuito de coibir tal prática, com exigências de controles e práticas rigorosas, são emitidos constantemente. Tal preocupação fundamenta-se, conforme diversas pesquisas já apontaram, no fato de que é a lavagem de dinheiro quem financia o crime organizado e que esse dinheiro ilícito ainda gera diversos problemas de cunho social e econômico.

Como citado, as instituições financeiras são obrigadas a cumprir diversas normas, exigidas pela Lei nº 9.613/98, e emitidas pelo seu órgão regulador, o Banco Central do Brasil – BACEN, das quais se destacam a Resolução BACEN nº 2.554/98 e Circular BACEN nº

3.461/09, utilizadas na presente pesquisa.

Nesse contexto, pela relevância da prevenção e combate à lavagem dinheiro, e pelas instituições financeiras serem foco de criminosos nesse processo, mostra-se importante verificar o cumprimento aos normativos de prevenção e combate à lavagem dinheiro por parte das instituições financeiras, como procedimentos relativos a controles internos, auditoria e *compliance*.

Assim, formula-se a seguinte questão-problema: qual o percentual de cumprimento às políticas de prevenção à lavagem dinheiro (auditoria, controles internos e *compliance*) pelas instituições financeiras do Brasil?

1.2 OBJETIVOS

Neste trabalho de pesquisa apontam-se os seguintes objetivos para sua realização:

1.2.1 Objetivo geral

Diante da problemática apresentada, o objetivo geral deste trabalho é verificar o percentual de cumprimento às normas de prevenção à lavagem dinheiro pelas instituições financeiras do Brasil.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar as políticas de prevenção à lavagem dinheiro nos sítios na internet das 27 Instituições financeiras listadas na BOVESPA, listadas no ANEXO 01;
- Identificar, através de um *check-list* elaborado a partir da Lei n. 9.613/08 e da Resolução BACEN 2.554/98 e Circular BACEN 3.461/09, a aderência às normas por parte das Instituições analisadas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Originalidade, importância e viabilidade são três condições básicas propostas por Castro (1977), das quais auxiliam a justificativa da pesquisa em questão.

No que tange à originalidade, a presente pesquisa justifica-se por não haver outro estudo encontrado, feito em instituições financeiras no tocante ao cumprimento das normas de

lavagem de dinheiro, emitidas pela legislação vigente no Brasil.

A importância da pesquisa se dá, pois um dos alvos dos criminosos para prática da lavagem de dinheiro são as instituições financeiras e é necessário que elas cumpram com todas as exigências contidas nos normativos para inibir ao máximo a prática ilícita em questão. Segundo estudos entre 2% e 5% do PIB mundial; ou seja, entre US\$ 600 bilhões e US\$ 1,5 Trilhão são lavados anualmente (CAMDESSUS, 1998). Esse dinheiro sujo no mercado financeiro causa diversos problemas como a desvalorização da moeda, pressão sobre o câmbio e também o financiamento de atividades ilícitas como contrabando e tráfico de drogas. É importante para a sociedade como um todo e também para a situação financeira do país que essa prática não aconteça.

Quanto à viabilidade desta pesquisa, há tempo hábil para realizá-la, possibilitando contato com as instituições financeiras para saber de suas práticas. Os sites das instituições financeiras analisadas também informam procedimentos adotados que servirão como dados para as análises. Frisa-se que é de interesse da sociedade e das instituições financeiras que seja feito uma análise, uma auditoria em suas práticas para saber se há *compliance* às normas e controles internos para o cumprimento da legislação.

1.4 METODOLOGIA

A trajetória metodológica consiste em três fases: respostas ao *check-list* para obtenção de dados; análise dos dados obtidos; proposta de melhorias para os setores avaliados. Segundo Longaray e Beuren (2006, p. 40), a monografia “É um trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática”.

A monografia é um texto que resulta de uma pesquisa científica e que permite o aprofundamento do estudo. No caso de uma monografia, o estudo de um tema específico está apoiado no método de evidenciação e conclusão dos resultados apresentados pela pesquisa (DOMINGUES, HEUBEL e ABEL, 2003).

Para que se consiga construir um trabalho de pesquisa apropriado, devem-se selecionar métodos e procedimentos adequados e ainda realizar uma trajetória de elaboração de um trabalho monográfico, que segundo Longaray e Beuren (2006, p. 49) compõe-se das etapas: “a) assunto a ser pesquisado; b) delimitação do tema; c) identificação do objeto de investigação e dos objetivos; d) definição do marco teórico referencial; e e) coleta a análise dos dados.”

Considerando-se o objetivo do estudo, a pesquisa é classificada como exploratória e descritiva. Esta adota os procedimentos bibliográfico e documental, utilizando-se livros, artigos, dissertações, teses, relatórios e informações de sites, como BM&F Bovespa (BSM), Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Banco Central – BACEN e outros.

De acordo com Fachin (2003, p. 42), pesquisa exploratória “é aquela em que as variáveis são manipuladas de maneira preestabelecida e seus efeitos suficientemente controlados e conhecidos pelo pesquisador para observação do estudo”. Esse método remete a aceitar os resultados como se apresentam, sem emitir opiniões. Depois de dimensionados, o pesquisador pode tirar conclusões a respeito dos resultados.

Com relação à pesquisa descritiva, consoante Pinheiro (2010, p. 22) “ela visa descrever a característica de determinada população ou fenômenos ou o estabelecimento de relações ente variáveis”.

Para a coleta dos dados foi utilizada a técnica do acesso aos documentos referentes às praticas e políticas de prevenção e combate à lavagem dinheiro, disponíveis na web site da BM&F BOVESPA, BACEN, como também nos web sites das próprias instituições.

Após a coleta, os dados foram dispostos em uma planilha do programa Microsoft Office Excel, permitindo assim que todos os dados das Instituições componentes da amostra da pesquisa fossem organizados e gerados os referidos gráficos de aderência/cumprimento.

Quanto à análise e interpretação dos resultados, a pesquisa tem caráter quantitativo quanto aos procedimentos e qualitativos quanto aos resultados, com a intenção de oferecer uma visão global sobre as conclusões que a investigação propiciou.

A abordagem quantitativa, segundo Richardson (1999, p. 70)

(...) caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.

Já a abordagem qualitativa, Richardson (1999, p. 90), “[...] pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

Com o objetivo de melhor compreender o tema, efetuou-se um estudo sobre os controles internos, auditoria e *compliance*; assim como a importância dessas ferramentas na prevenção e combate à lavagem dinheiro para compreender melhor o processo.

Para verificação e análise da aderência/cumprimento das políticas e controles das

Instituições financeiras com as normas de Prevenção e Combate à Lavagem dinheiro, aplicou-se uma lista de verificação, *check-list*, elaborada a partir da Lei nº 9.613/98, de 03 de março de 1998; da Resolução BACEN nº 2.554 de 24 de setembro de 1998; e da Circular BACEN nº 3.461/09.

O *check-list* foi dividido em quatro itens: Cadastro de Clientes; Transações Suspeitas; Comunicação às Autoridades Competentes e Controles Internos.

A seguir apresentam-se os quadros com os *check-lists* elaborados.

O Quadro 01 confere os cinco primeiros quesitos referentes ao cadastro de clientes. Neste foram extraídos exigências contidas na legislação citada com referência ao correto cadastro dos seus clientes, tais como a atualização dos cadastros dos seus clientes, cadastro também das pessoas físicas relacionadas às jurídicas clientes das instituições, o prazo de guarda mínimo de cinco anos dos registros, se as informações cadastrais são atualizadas e também se essas informações de cadastramento conseguem identificar os clientes como pessoas politicamente expostas.

Quesito	Instituição Financeira		Observações
	ATENDE	NÃO ATENDE	
1. É mantido atualização dos clientes, identificando-os conforme as instruções das autoridades competentes?			
2. Caso cliente seja Pessoa Jurídica, é feito a identificação e cadastramento também das Pessoas Físicas autorizadas a representá-las, bem como seus proprietários?			
3. Os cadastros e registros realizados são mantidos durante o período mínimo de cinco anos?			
4. As informações cadastrais dos clientes estão atualizadas?			
5. As informações cadastrais permitem caracterizar, ou não, seus clientes como pessoas politicamente expostas e identificar a origem dos fundos envolvidos nas transações dos clientes assim caracterizados?			

Quadro 01: Check-List sobre Informações Relativas ao Cadastro de Clientes

Fonte: Adaptado da Lei Nº 9.613, de 03 de março de 1998; Resolução nº 2.554 de 24 de setembro de 1998; e Circular nº 3.461/09, emitida pelo BACEN

O Quadro 02, a seguir, apresenta nove quesitos numerados de 6 a 14, utilizados para analisar as questões referentes às transações suspeitas. Este quadro demonstra os pontos a serem verificados como atendidos ou não atendidos pelas instituições financeiras analisadas. Dentre esses pontos de verificação extraídos da legislação em vigor cita-se: se há registro de toda transação que ultrapasse o valor pré-fixado pela legislação; se todos os serviços financeiros prestados e operações financeiras realizadas com clientes ou em seu nome são registrados; se é destinada especial atenção por parte da alta gerência em casos de especial atenção; ou ainda atenção e registro de transações quando o cliente, físico ou jurídico, ou

entes ligados, realizarem em um mesmo mês-calendário, operações semelhantes que ultrapassem o valor pré-fixado pela autoridade competente.

Quesito	Instituição Financeira		Observações
	ATENDE	NÃO ATENDE	
6. Há registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira que ultrapasse o valor pré-fixado por esta referida Lei ou pela autoridade competente?			
7. Há registro de títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo que possa ser convertido em dinheiro, que ultrapasse o valor pré-fixado por esta referida Lei ou pela autoridade competente?			
8. Há registro das transações quando o cliente, físico ou jurídico, ou seus entes ligados, realizar em um mesmo mês-calendário, operações semelhantes que ultrapasse o limite fixado pela autoridade competente?			
9. É destinada maior atenção, por parte desta Instituição, às operações que possam se constituir em indícios de Lavagem de Dinheiro ou ocultação de bens e valores?			
10. É mantido registro de todos os serviços financeiros prestados e de todas as operações financeiras realizadas com os clientes ou em seu nome?			
11. São mantidos registros de depósitos em cheques, liquidação de cheques depositados em outra Instituição Financeira e da utilização de instrumentos de transferência de recursos?			
12. Há registros específicos da emissão ou recarga de valores em um ou mais cartões pré-pagos; e das movimentações superiores a R\$100.000,00 em espécie?			
13. É destinada especial atenção às transações que indiquem risco de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998, ou com eles relacionados?			
14. Há avaliação da alta gerência quanto ao interesse no início ou manutenção do relacionamento com o cliente, em casos de especial atenção?			

Quadro 02: Check-List sobre Transações Suspeitas.

Fonte: Adaptado da Lei Nº 9.613, de 03 de março de 1998; Resolução nº 2.554 de 24 de setembro de 1998; e Circular nº 3.461/09, emitida pelo BACEN

No próximo quadro apresentado, o Quadro 03, com quesitos referentes à comunicação às autoridades competentes, contempla apenas dois pontos de análise: número 15 se há comunicação às autoridades competentes as transações que ultrapassem o valor pré-fixado pela Lei nº 9.613/98 ou pela autoridade competente; e o de número 16 que questiona se junto à comunicação é enviada a identificação e as informações presentes no cadastro da entidade.

Quesito	Instituição Financeira		Observações
	ATENDE	NÃO ATENDE	
15. São comunicadas, às autoridades competentes, as transações em moeda nacional ou estrangeira, títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo que possa ser convertido em dinheiro, que ultrapasse o valor pré-fixado por esta referida Lei ou pela autoridade competente?			
16. Junto à comunicação é enviada a identificação e as informações presentes no cadastro da entidade; da mesma forma as operações ou propostas que possam se constituir em crimes previstos nessa Lei?			

Quadro 03: Check-List sobre Comunicação às Autoridades Competentes.

Fonte: Adaptado da Lei Nº 9.613, de 03 de março de 1998; Resolução nº 2.554 de 24 de setembro de 1998; e Circular nº 3.461/09, emitida pelo BACEN

No fim do *check-list*, os quesitos de número 17 ao número 29, apresentam-se no Quadro 04, colocado abaixo, que trás consigo os treze quesitos referentes aos controles internos das instituições financeiras. Quesitos como, por exemplo: se as disposições dos controles internos são acessíveis a todos os funcionários; se a atividade de auditoria interna faz parte dos controles internos na instituição financeira; as disposições de controles internos prevêm definições de responsabilidades e segregação de atividades; se há atualização periódica dos controles internos da instituição; ou se na instituição financeira há auditoria independente a fim de assegurar transparência e conformidade.

Quesito	Instituição Financeira		Observações
	ATENDE	NÃO ATENDE	
17. Na Instituição Financeira em questão há implantação e implementação de controles internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas?			
18. É de responsabilidade da diretoria da Instituição a implementação e implantação de uma estrutura de Controles Internos entre todos os níveis de negócio dessa Instituição, tão quanto da verificação sistemática da adoção desses controles?			
19. As disposições dos Controles Internos são acessíveis a todos os funcionários?			
20. A atividade de Auditoria Interna faz parte dos controles internos nessa Instituição?			
21. As disposições dos Controles Internos prevêm definições de responsabilidades e segregação das atividades?			
22. As disposições dos Controles Internos prevêm meios para identificação de quaisquer fatores que possam causar problemas na realização dos objetivos definidos?			
23. Há na Instituição contínua avaliação dos riscos inerentes; acompanhamento sistemático das atividades, assegurando que quaisquer desvios podem ser prontamente corrigidos?			

24. Existem testes periódicos para segurança dos sistemas de informações?			
25. Há atualização periódica dos Controles Internos?			
26. É emitido semestralmente relatório para acompanhamento sistemático das atividades de controle interno?			
27. Esses relatórios são submetidos ao conselho de administração? Ou em sua falta à diretoria, como também à auditoria externa da administração?			
28. Esses relatórios ficam à disposição do Banco Central do Brasil por cinco anos?			
29. Existe na Instituição auditoria independente, a fim de assegurar conformidade e transparência?			

Quadro 04: Check-List sobre Controles Internos.

Fonte: Adaptado da Lei Nº 9.613, de 03 de março de 1998; Resolução nº 2.554 de 24 de setembro de 1998; e Circular nº 3.461/09, emitida pelo BACEN

Após as respostas ao *check-list*, far-se-á a verificação do percentual de aderência às normas citadas em cada uma das Instituições analisadas, de forma a identificar devida aderência às normas de combate e prevenção à lavagem dinheiro nas Instituições financeiras do Brasil.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Neste estudo, a população, objeto de investigação, é composta pelas 27 Instituições financeiras listadas na BM&F Bovespa.

A coleta e análise dos dados contemplaram os documentos disponíveis em sites e disponibilizados mediante requerimento por e-mail e telefone. A amostra da pesquisa foi composta por 06 das 27 Instituições financeiras listadas, sendo a segunda a população. As seis Instituições que compõem a amostra foram determinadas pela possibilidade de acesso através do site às informações sobre suas Políticas de Prevenção e Combate à Lavagem dinheiro, ou Instituições que responderam à solicitação encaminhamento de documentos e relatórios para pesquisa, contato feito através da sua ouvidoria por telefone ou e-mail; como no caso do Banco do Brasil S.A e Itaú Unibanco Holding S.A.

Ressalta-se que as seis instituições, utilizadas na presente pesquisa, são as instituições que atenderam de forma satisfatória todos os contatos e pedidos de documentação necessária para a análise e resposta do *check-list* elaborado. As 21 instituições restantes não enviaram materiais, ou não têm disponível material que divulgue as informações necessárias à aplicação do *check-list* elaborado em seus sítios eletrônicos. A respeito desse material indisponível das 21 instituições financeiras, apresentar-se-á no ANEXO 02 o detalhamento do não

atendimento.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Esse trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, são apresentadas algumas considerações iniciais sobre o estudo proposto, seguindo do tema e problema com os objetivos gerais e específicos que irão auxiliar na resposta do problema. Está presente também neste capítulo a justificativa, que representa as razões para realização do trabalho, a metodologia e a delimitação da pesquisa.

O segundo capítulo é destinado à fundamentação teórica, que aborda, respectivamente, conceitos básicos sobre lavagem de dinheiro, estudo sobre as normas de prevenção à lavagem de dinheiro no Brasil, conceitos também sobre auditoria, controles internos em instituições financeiras e *compliance*.

O terceiro capítulo apresentar-se-á a coleta dos dados e também a análise e interpretação desses dados.

No quarto capítulo apresentam-se as considerações finais e recomendações para trabalhos futuros. E, por fim, as referências utilizadas no trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo refere-se à fundamentação teórica, onde foram abordados conceitos sobre lavagem dinheiro, bem como a respeito das normas de prevenção à lavagem dinheiro no Brasil e um estudo sobre Auditoria, Controles Internos e *Compliance* no contexto da lavagem dinheiro. Lavagem de Dinheiro – Origem e Conceitos

2.1 LAVAGEM DE DINHEIRO – Origem e Conceitos

De acordo com o Conselho de Controle das Atividades Financeiras (COAF, 1999) Lavagem dinheiro é o processo pelo qual o criminoso transforma recursos, ganhos em atividades ilegais, em ativos com uma origem aparentemente legal. Essa prática geralmente envolve múltiplas transações, usadas para ocultar a origem dos ativos financeiros e permitir que eles sejam utilizados sem comprometer os criminosos. A dissimulação é, portanto, a base para toda operação de lavagem que envolva dinheiro proveniente de um crime antecedente.

Produto da inteligência humana, a lavagem dinheiro surge com intuito de dar aparência lícita ao patrimônio constituído de bens e capitais obtidos, mediante ação delituosa. A lavagem dinheiro foi e tem sido arquitetada em todas as partes do mundo (BARROS, 2004).

Peter Lilley (2001) e Frossard (2004) descrevem sobre a origem da expressão lavagem dinheiro, que parece ter surgido em Chicago nos Estados Unidos, na década de 20, sendo que as quadrilhas daquela época tinham objetivos semelhantes aos das quadrilhas atuais, de desvincular os recursos oriundos do crime de sua atividade geradora. Para tal, essas organizadas quadrilhas apoderavam-se de empresas de grande circularização de capital, passando a misturar o dinheiro ganho criando uma razão existencial das grandes somas.

A expressão ‘lavagem dinheiro’, conforme Cervini: “proviene de la costumbre de las ‘máfias’ norte americanas em la década de 20 de adquirir o montar lavanderias para ocultar los ingresos procedentes de sus actividades”, entretanto em tempos mais recentes é utilizado “para designer la conversion del producto econômico del narcotráfico” (CERVINI apud CASTELLAR, op.cit., p.81).

A caracterização da *money laundering* como um problema social, foi a partir do final dos anos 80, mais precisamente em 1988, na Convenção de Viena, na Áustria, após uma reunião da Organização das Nações Unidas – ONU. A partir da Convenção diversos países assinaram um tratado internacional sobre o tráfico de entorpecentes e substâncias

psicotrópicas, tem a intenção de coibir a lavagem dinheiro. Este foi o primeiro instrumento jurídico internacional a definir como crime a operação de lavagem dinheiro (FRANCO e STOCO, 2001).

O Brasil assinou a Convenção de Viena, e posteriormente em março de 1998, e publicou a Lei nº 9.613, que tipifica o crime de lavagem dinheiro e será estudada a seguir no trabalho em apreço.

A lavagem dinheiro, segundo Barros (2004), possui três fases: a Conversão, Dissimulação e Integração. Sendo primeiramente a aplicação dos ativos ilícitos em espécie (dinheiro sujo) no sistema financeiro, posteriormente, na segunda etapa há o acumulo de investimentos que tem como finalidade disfarçar a origem contábil dos lucros dos crimes antecedentes, e, por fim, na integração há a inserção dos lucros e bens de origem criminosa na economia legal de forma insuspeita.

Para melhor compreender as fases da lavagem dinheiro apresenta-se a Ilustração 01:



Ilustração 01: Fases da Lavagem de Dinheiro
Fonte: COAF, 1999

A primeira etapa da lavagem de dinheiro é a conversão ou colocação. Efetua-se por meio de depósitos, pela compra de instrumentos negociáveis ou de bens, como ouro, pedras preciosas e outros ativos valiosos. Nessa etapa há a separação física entre o criminoso e o produto de seus crimes. Técnicas para disfarce dessa prática são utilizadas, tais como o depósito fracionado de valores, utilização de estabelecimentos comerciais que geralmente trabalham com dinheiro em espécie, como cassinos, casas noturnas, restaurantes, bares, lojas de máquinas eletrônicas, entidades que recebem donativos em espécie, joalherias, entre outros (TIGRE MAIA, 1999).

A ocultação ou dissimulação é a segunda fase do processo de lavagem de dinheiro. Nesta fase ocorre de fato a lavagem dos recursos. Nela dissimula-se a origem ilícita do dinheiro dando-lhe aparência legal. Disfarça-se de legítimo o dinheiro ilícito, por meio de

muitas transferências bancárias, porém divididos em inúmeras contas, em nome de vários titulares, para que, no final da transação, retorne ao titular de origem. Essa fase, de limpeza real do ativo, foi altamente favorecida com o advento do computador.

De acordo com o autor Tigre Maia (1999, p 37), “a existência dos novos métodos de movimentação cibernética de ativos desempenham nesta fase um salto de qualidade equivalente ao da criação da máquina automática para a lavagem de roupas”.

A última fase é a aplicação do dinheiro “limpo” em operações lícitas, nada impedindo seu reemprego em atividades ilícitas, até mesmo nas que já o levaram ao grande lucro. É a formal integração do capital no sistema econômico. Segundo Netto (1999) a privatização de bens e empresas pode ser viabilizada para o processo de lavagem, introduzindo as organizações criminosas no mundo legítimo e jurídico dos negócios. Busca-se formar uma cadeia de empreendimentos para facilitar que as pessoas jurídicas e/ou outros envolvidos prestem serviços entre si, pois, uma vez fechado o ciclo, a prática de legitimação torna-se mais fácil, eis que é encoberta por atividades, em tese, lícitas. Assim, os setores mais visados são bancos, paraísos fiscais, bolsas de valores, instituições de seguro, jogos e sorteios.

De acordo com Callegari (2004), a lavagem dinheiro está estreitamente ligada à criminalidade organizada, pois é necessária uma estrutura do delito previsto que origina os bens a serem lavados. O autor cita o tráfico de drogas como um dos principais geradores desses recursos ilícitos, concomitante ao tráfico de armas, os jogos ilícitos, roubo, extorsão mediante seqüestro, redes de prostituição, crimes contra administração pública e roubos de cargas. Para os criminosos essa lavagem do dinheiro é de fundamental importância, pois permite que o criminoso desfrute os lucros sem comprometer a sua origem.

A respeito da importância do combate à lavagem dinheiro e do crime organizado, Amorim (2009, p 24) cita Meira (2004), que assevera que o crime organizado pode ser considerado uma das maiores histórias de sucesso empresarial que o mundo já viu, pois superou todos os problemas, reinvestiu seus recursos, se expandido até ocupar uma colocação de forte influência e acumulando muito poder. Ressalva que o crime organizado conquistou países, influenciou políticos, diversificou-se nas suas áreas de atuação, dominou novas tecnologias, gerou dedicação e lealdade de seus funcionários, e, por fim, conquistou muitos clientes que dependem de seus produtos.

Não existem formas para apurar com precisão a quantidade dos recursos lavados todos os anos, entretanto foram feitas várias tentativas: segundo o Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas, o montante de dinheiro lavado, proveniente apenas do tráfico de drogas, é de US\$ 500 bilhões por ano, ou 3% do PIB mundial (UNDCP, 1998).

Outras estimativas como a de Michael Camdessus (1998), ex-diretor gerente do FMI, revelam montantes ainda maiores, entre 2% e 5% do PIB mundial; ou seja, em entre US\$ 600 bilhões e US\$ 1,5 Trilhão por ano.

Já para o consultor criminalista australiano John Walker, esse montante chegou a US\$ 2,85 trilhões por ano de recursos lavados na economia mundial no fim da década passada (WALKER, 1999).

Os valores citados alarmam e demonstram a importância de estudos sobre as medidas de prevenção e combate à lavagem dinheiro, como também a utilização dos setores da economia neste processo criminoso.

2.2 NORMAS DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO NO BRASIL

Como forma de cumprir as exigências da Convenção de Viena de 1988, em 1991 o Brasil publicou normas que coibissem e que qualificavam como crime a prática de lavagem dinheiro e a ocultação de bens, direitos e valores oriundos de determinados crimes: a Lei Nº 9.613, de 03 de março de 1998, que também cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF (BRASIL, Lei 9.613/98).

Em seu Capítulo V, artigo 9º a referida Lei (atualizada pela Lei nº 10.701/03), descreve as pessoas sujeitas à lei, sendo elas: as instituições financeiras; as bolsas de valores e bolsas de mercadorias ou futuros; as seguradoras; as corretoras de seguros e as entidades de previdência complementar ou de capitalização; as administradoras de cartões; as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem jóias, pedras e metais preciosos, objetos de arte e antiguidades; as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem bens de luxo ou de alto valor ou exerçam atividades que envolvam grande volume de recursos em espécie.

Esses setores são alvo de criminosos no processo de lavagem dinheiro, ocultação de bens, direitos e valores, por essa razão há várias obrigações a serem cumpridas por estes, ocorrendo, inclusive, advertências, multas e demais penalidades a quem não as cumprir devidamente.

O Quadro 05 apresenta as exigências contidas na Lei Nº 9.613/1998, conforme art. 10 e art. 11, às pessoas referidas no art. 9º:

Item	Descrição
Cadastro de Clientes	- Devem ser mantidos atualizados; - Caso forem classificados como pessoa jurídica ter também informações sobre as Pessoas Físicas autorizadas a representá-las, como também seus proprietários; - Mantidos por no mínimo 05 anos.
Registro de	Registros de todas as transações em moeda nacional ou estrangeira, títulos de crédito,

Transações	metais ou qualquer outro ativo que possa ser convertido em dinheiro.
Comunicações ao COAF ou às Autoridades Competentes	-As requisições formuladas pelo COAF, em segredo de justiça, deverão ser atendidas no prazo fixado pelo órgão judicial competente; -Privando os clientes de tal ato, a entidade deve comunicar às autoridades competentes as transações em moeda nacional ou estrangeira, títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo que possa ser convertido em dinheiro, que ultrapasse o valor pré-fixado por esta referida Lei ou pela autoridade competente; -Junto à comunicação deve conter a referente identificação e as informações presentes no cadastro da entidade; da mesma forma as operações ou propostas que possam se constituir em crimes previstos nessa Lei.
Transações Suspeitas	Devem dispensar maior atenção das autoridades competentes.

Quadro 05: Exigências Contidas na Lei Nº 9.613/1998, conforme art. 10 e art. 11

Fonte: Adaptado da Lei Nº 9.613/1998 (Art. 10 e 11)

Conforme o quadro 05 acima, Exigências Lei Nº 9.613/1998, art. 10 e art. 11, as pessoas referidas no art. 9º deverão seguir as seguintes instruções:

I – É necessário que o cadastro de todos os clientes seja mantido atualizado. Complementa o § 1º que em caso de pessoa jurídica, os seus representantes também deverão ser identificados e devidamente cadastrados;

II – Toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo que possa ser convertido em dinheiro, devem ser registrados. Estes se ultrapassarem o valor pré-fixado por esta lei ou pela autoridade competente;

III – Deverão ser atendidas no prazo fixado pelo órgão judicial competente as requisições formuladas pelo COAF, que se processarão em segredo de justiça;

IV – Complementam ainda os § 2º e § 3º do art. 10 que os cadastros e registros realizados deverão ser mantidos durante o período mínimo de cinco anos, prorrogável pela autoridade competente; e o registro das transações mencionadas deverá ocorrer também quando essa cliente, físico ou jurídico, seus entes ligados, realizar em um mesmo mês-calendário, operações semelhantes que ultrapasse o limite fixado pela autoridade competente;

V – Devem dispensar maior atenção das autoridades competentes todas as operações que possam se constituir em indícios de Lavagem de Dinheiro ou ocultação de bens e valores (ou relacionarem-se);

VI – Sem que os clientes sejam avisados, a entidade deve comunicar às autoridades competentes as transações em moeda nacional ou estrangeira, títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo que possa ser convertido em dinheiro, que ultrapasse o valor pré-fixado por esta referida Lei ou pela autoridade competente; junto deve conter a referente identificação e as informações presentes no cadastro da entidade; da mesma forma as operações ou propostas que possam se constituir em crimes previstos nessa Lei.

Além das alterações impostas pela Lei nº 10.701 de 2003, houveram atualizações

advindas da Lei nº 10.467 de 2002, em seu art. 3º, (este que acrescenta o inciso VIII no art. 1º da Lei Nº 9.613/1998, acrescentando à lista os crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira); como também alteração dada pela Lei nº 10.683 de 2003 em seu art. 57 (alterando o art. 16 da Lei Nº 9.613/1998, redefinindo a composição do COAF, este que a partir desta alteração pode ser formado também por pessoal efetivo da Controladoria Geral da União).

Conforme Barros (2004) as autoridades competentes pela regularização são COAF, este que é órgão criado por esta lei e subordinado ao Ministério da Fazenda que não goza de exclusiva atribuição para baixar as instruções de interesse fiscalizatório e investigativo envolvendo operações suspeitas de lavagem.

Outras particularidades são citadas por Barros (2004, p. 291),

- a) para as pessoas jurídicas ou físicas relacionadas no art. 9º e seu parágrafo único, que operam no sistema financeiro, a autoridade que goza de competência privativa é o Banco Central do Brasil – BACEN;
- b) para as pessoas jurídicas ou físicas que operam com valores mobiliários, como as bolsas, a autoridade competente é a Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- c) para aqueles que operam no sistema de seguro e capitalização, a autoridade competente é a Superintendência de Seguros Privados-SUSEP.

Afirma o autor que o BACEN é a autoridade que goza de competência privativa para as pessoas jurídicas ou físicas relacionadas no art. 9º e seu parágrafo único. Para as pessoas físicas ou jurídicas que operam com valores imobiliários esta autoridade competente é a CVM. Por fim o autor esclarece ser a SUSEP a autoridade competente para aqueles que operam no sistema de seguro e capitalização.

Outras recomendações foram dadas pela Resolução nº 2.554, de 24 de setembro de 1998, esta que obriga as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil à implantação de controles internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis.

Em seu artigo 1º, parágrafo 1º, a citada Resolução define que os controles internos devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas pela instituição, independentemente do seu porte; o parágrafo 2º salienta sobre a responsabilidade da diretoria da Instituição sobre a implementação e implantação de uma estrutura de Controles Internos entre todos os níveis de negócio dessa Instituição, tão quanto da verificação sistemática da adoção desses controles.

O artigo 2º define que as disposições dos Controles Internos devem ser acessíveis a todos os funcionários de forma a assegurar que sejam conhecidas. É exigido também que a atividade de Auditoria Interna faça parte dos controles internos, essa se for exercida por unidade própria deve estar diretamente subordinada ao conselho de administração, ou em sua falta, à diretoria da Instituição.

O Quadro 06 apresenta as exigências da Resolução nº 2.554/1998, este que dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos:

Item	Descrição
Controles Internos	As Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN deverão implantar e implementar CI voltados para as atividades por ela desenvolvidas, seus SIs financeiros, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a ela aplicáveis; Esses CI devem prever: - Definições de responsabilidades; - Segregação de atividades; - Meios para identificação de quaisquer fatores que possam causar problemas na realização dos objetivos definidos; - Deve conter canais de comunicação para auxílio seguro, busca de informações que possam ser relevantes para as suas tarefas e responsabilidades; - Contínua avaliação dos riscos inerentes; - Acompanhamento sistemático das atividades, assegurando que quaisquer desvios podem ser prontamente corrigidos; - Testes periódicos para segurança dos sistemas de informações.
Responsabilidades	- Fica sob responsabilidade da Diretoria que essa estrutura de CI seja feita em todos os níveis de negócio da Instituição, de estabelecer os procedimentos e objetivos, como também da verificação da adequada adoção e cumprimento desses procedimentos definidos; - A importância dos controles internos e o papel de cada funcionário no processo, devem ser evidenciados pela diretoria da instituição, também a promoção de elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional.
Acessibilidade	- Esses CI devem ser acessíveis a todos os funcionários da instituição.
Atualização	- A atualização dos CI deve ser periódica
Auditoria Interna	- Devem conter atividade de AI por agente da própria instituição ou por auditor independente registrado na CVM (desde que não o mesmo responsável pela auditoria das demonstrações financeiras) ou auditoria da entidade ou associação filiada à instituição; ou ainda auditoria da entidade ou associação de classe de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, mediante convênio aprovado por este.
Relatórios de Acompanhamento	- Devem ser emitidos relatórios de acompanhamento sistemático das atividades de controle interno contendo conclusões dos exames efetuados, recomendações a respeito de eventuais deficiências, manifestação dos responsáveis das áreas que apresentaram deficiências encontradas em verificações anteriores e de que forma elas foram eliminadas; - Deveram ser submetidos ao conselho de administração, ou em sua falta à diretoria, como também à auditoria externa da administração; - Devem ficar à disposição do Banco Central do Brasil por cinco anos.

Quadro 06: Exigências Contidas na Resolução nº 2.554/1998

Fonte: Adaptado da Resolução nº 2.554/1998

O quadro 06, apresentado, resume as orientações da Resolução nº 2.554/1998. Tais orientações a seguir descritas:

I – As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco

Central do Brasil deverão implantar e implementar controles internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis; eles devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas;

II – A diretoria fica responsável por que essa estrutura de controle seja feita em todos os níveis de negócio de instituição; de estabelecer os procedimentos e objetivos; e de verificação da adoção e cumprimento desses procedimentos definidos;

III – As disposições dos controles internos devem ser acessíveis a todos os funcionários da instituição e devem prever definições de responsabilidades; segregação das atividades; meios para identificação de quaisquer fatores que possam causar problemas na realização dos objetivos definidos; deve conter canais de comunicação para auxílio seguro, busca de informações que possam relevantes para as suas tarefas e responsabilidades; contínua avaliação dos riscos inerentes; acompanhamento sistemático das atividades, assegurando que quaisquer desvios podem ser prontamente corrigidos; existência de testes periódicos para segurança dos sistemas de informações;

IV – Os controles internos devem ser periodicamente atualizados; ele deve conter atividade de auditoria interna por agente da própria instituição ou por auditor independente registrado na CVM (desde que não o mesmo responsável pela auditoria das demonstrações financeiras) ou auditoria da entidade ou associação filiada à instituição; ou ainda auditoria da entidade ou associação de classe de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, mediante convênio aprovado por este (e demais peculiaridades previstas nesta Resolução no art.2 em seus parágrafos 04, 05 e 06;

V – No mínimo semestralmente deve haver a emissão de relatórios para acompanhamento sistemático das atividades de controle interno, contendo conclusões dos exames efetuados, recomendações a respeito de eventuais deficiências, manifestação dos responsáveis das áreas que apresentaram deficiências encontradas em verificações anteriores e de que forma elas foram eliminadas; esses relatórios deveram ser submetidos ao conselho de administração, ou em sua falta à diretoria, como também à auditoria externa da administração; os presentes relatórios devem ficar à disposição do Banco Central do Brasil por cinco anos;

VI – A importância dos controles internos e o papel de cada funcionário no processo devem ser evidenciados pela diretoria da instituição, também a promoção de elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional.

Posteriormente, outros normativos foram publicados referentes aos Controles Internos e com procedimentos visando o combate e prevenção à lavagem de dinheiro, como descrito

no Quadro 07, que traz uma relação dos normativos emitidos até 2009 pelo Banco Central do Brasil:

Nº do Normativo	Resumo
Carta-Circular N. 3234/06	Deve-se dispensar especial atenção aos negócios próprios ou propostos por terceiros.
Circular N. 3325/06	Alterou os trechos do RMCCI, divulgado pela Circular nº 3.280, de 09 de março de 2005, e alterações posteriores.
Carta-Circular N. 3260/06	Publicada para esclarecer dúvidas suscitadas por Instituições do mercado financeiro acerca de dispositivos constantes da Circular 3.290/05, que estabelece procedimentos a serem observados com relação à identificação e ao registro de operações de depósitos em cheque e de liquidação de cheques depositados em outra instituição financeira, bem como de emissões de instrumentos de transferência de recursos.
Carta-Circular N. 3337/08	No processo de inspeção direta periódica devem ser executados procedimentos mínimos, em extensão compatível com o porte e a complexidade dos produtos, dos serviços, as atividades, dos processos e dos sistemas da cooperativa de crédito filiada.
Circular N. 3.461/09	As Instituições financeiras e demais Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem implementar políticas e procedimentos internos de controle destinados a prevenir sua utilização na prática dos crimes de que trata a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.
Circular N. 3.467/09	O relatório de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, laborado como resultado do trabalho de auditoria independente, conforme previsto no Regulamento anexo à Resolução nº 3.198, e no Regulamento anexo à Circular nº 3.192, de 05 de junho de 2003, deve abranger aspectos relevantes, observada a natureza, complexidade e risco das operações.

Quadro 07: Relação dos Normativos Emitidos até 2009 pelo Banco Central do Brasil

Fonte: Adaptado de Amorim (2009, p. 45)

No presente estudo utilizar-se-á principalmente a Circular nº 3.461/09, emitida pelo BACEN, que regulamenta o comitê de auditoria e prevê auditoria independente nas instituições, a fim de assegurar conformidade e transparência, além de consolidar as regras sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate aos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.

A citada Circular também discorre sobre o conteúdo das políticas e procedimentos de prevenção e determina que as Instituições financeiras devam ter e manter as informações cadastrais atualizados (art. 2º da Lei 9.613/98)

Dessa forma, se verifica que tais informações devem permitir caracterizar ou não seus clientes como pessoas politicamente expostas e identificar a origem dos fundos envolvidos nas transações dos clientes assim caracterizados (art. 4º da Lei 9.613/98). Além disso, as Instituições devem manter registro de todos os serviços financeiros prestados e de todas as operações financeiras realizadas com os clientes ou em seu nome (art. 6º da Lei 9.613/98).

O artigo 7º da citada Lei define que devem ser mantidos os registros de depósitos em cheques, liquidação de cheques depositados em outra Instituição Financeira, além da

utilização de instrumentos de transferência de recursos, assim como estipula a forma de manutenção desses registros. Ademais, de acordo com a norma, devem-se manter registros específicos da emissão ou recarga de valores em um ou mais cartões pré-pagos (art. 8º) e das movimentações superiores a R\$100.000,00 em espécie (art. 9º).

Por fim, a Lei nº 9.313/98 regulamenta os casos de especial atenção em seu artigo 10, define os prazos de manutenção e conservação dos documentos em seu artigo 11, e determina a forma de comunicação ao COAF das operações (art. 12), além de regulamentar procedimentos internos de controle.

Recentemente, junho de 2012, no Brasil, o Plenário do Senado aprovou o projeto de lei que atualiza a Lei nº 9.313/98 tornando-a mais eficiente. A lei segue para ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff. Entre as principais alterações da referida lei está a possibilidade de punição para a lavagem de dinheiro proveniente de qualquer origem ilícita. Portanto não mais se limitando a lista predeterminada de atividades ilícitas constante na legislação vigente (G1, 2012).

Atualmente, a lista citada contém atividades como tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, seqüestro, crimes praticados por organizações criminosas e crimes contra a administração pública e o sistema financeiro. O autor Mendroni (2006, p. 100) descreve sobre aspectos da Lei nº 9.613/98,

O legislador brasileiro optou por uma enumeração exaustiva, indicando os delitos que podem ser associados ao crime de lavagem de dinheiro. Embora outras atividades criminosas evidentemente possam render dinheiro ilícito, e, aliás, a maioria dos crimes tem o objetivo mediato ou imediato da obtenção do dinheiro ou qualquer vantagem patrimonial, pretendeu-se restringir seu leque de amplitude para apenas alguns deles, aqueles que se estipulou viabilizarem ao criminoso a captação de vantagens absolutamente inaceitáveis para os padrões da sociedade brasileira.

O autor, em 2006 no ano de publicação de seu livro, destaca que o legislador da Lei nº 9.613/98 optou por delimitar os crimes sujeitos à associação ao crime de lavagem de dinheiro aos que são julgados inaceitáveis aos padrões da sociedade brasileira. Mendroni (2006) também afirma que em outros países, seguindo a Convenção de Viena, permite-se associar a crime de Lavagem de Dinheiro sempre que estiver associado a qualquer outro crime de natureza grave.

2.3 AUDITORIA NA PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

De forma a confirmar e verificar a adoção e prática dos controles internos e *compliance*, a auditoria deve apontar eventuais inconformidades e recomendar melhorias. Com essa característica a auditoria torna-se importante aliada no combate e prevenção à lavagem dinheiro, motivo de ser estudada neste estudo.

Segundo Boynton, Johnson e Kell (2002), o termo Auditoria é utilizado em conexão com diversas atividades; o mesmo autor cita o *Report of the Committee on Basic Auditing Concepts of the American Accounting Review*, definindo auditoria como um processo sistemático de obtenção e avaliação objetivas de evidências sobre afirmações a respeito de ações e eventos econômicos, para verificação do nível de adequação entre os critérios estabelecidos e as afirmações, bem como a comunicação dos resultados a quem possa interessar.

Entende-se então, que a auditoria tem por finalidade verificar informações divulgadas, com objetivo de identificar se os itens examinados refletem a realidade da Entidade, e são feitas através de uma série de procedimentos técnicos específicos.

Através da Resolução do BACEN nº 2.554/98, como anteriormente comentado, o Banco Central do Brasil passou a exigir Auditoria Interna ou Externa. Essa exigência tem a finalidade de verificar e confirmar se estão sendo cumpridos os dispositivos de controles internos, incluindo os controles internos que fazem referência à Lavagem dinheiro.

A verificação do cumprimento ou não das obrigações às Instituições financeiras, trazidas pelos normativos expedidos pelo Banco Central do Brasil e da própria Lei nº 9.613/98, são objetos de auditoria e análise neste estudo.

Amorim (2010, p.17) completa que por haver verificações e confirmações sobre o cumprimento de normas emitidas, apontando eventuais problemas a serem corrigidos, os resultados obtidos por uma auditoria, no que tange à Prevenção à Lavagem dinheiro (PLD), são sempre positivos. Essas verificações e confirmações resultam em um aumento dos controles e conseqüentemente diminuição de descumprimentos aos normativos existentes, criados para coibir a prática da Lavagem dinheiro.

2.4 CONTROLES INTERNOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os controles internos servem como espécie de ferramenta para auxiliar na organização e controle. Os auditores internos mantêm e verificam esses controles para garantir

confiabilidade e harmonia.

Há muito tempo é reconhecida na literatura profissional a importância de controles internos para a administração e para os auditores. Em 1947 a AICPA (Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados) intitulada *Internal Control*, registrava seu grau de crescente importância baseados na complexidade das entidades com fins lucrativos, pelo seu tamanho e proporções com dificuldades de controle representativas das operações. A possibilidade de erros e irregularidades relacionadas a fraquezas humanas são inibidas com um bom sistema de controle interno. Dessa forma, os sistemas de controles internos são de recurso necessário aos auditores independentes, já que há limitações econômicas de seus honorários e seria impraticável a auditoria da maioria das empresas sem esses recursos.

Os controles internos são definidos, conforme o Comitê de Organizações Patrocinadoras, como um processo operado pelo conselho de administração, pela administração e outras pessoas, pretendendo fornecer segurança, confiabilidade de informações financeiras; respeito (*compliance*) aos regulamentos e às leis aplicáveis; e eficácia, eficiência, nas operações (COSO, 2007).

Conforme Manzi (2008), o conjunto de políticas e procedimentos instituídos pela administração consiste em um Sistema de Controles Internos, ou Controles Internos, no ambiente de uma Instituição Financeira. Esse sistema visa assegurar que sejam adequadamente reconhecidos e administrados os riscos relativos às suas atividades; é de essencial importância para a administração de bancos e base para que eles operem de forma segura.

Em 1996 o *Basel Committee on Banking Supervision - BCBS* sugeriu uma estrutura de Controles Internos para as Instituições financeiras, que segundo Amorim (2011), objetivava evitar perdas inesperadas e não suportáveis em operações de crédito, danos à reputação, mudanças súbitas na conjuntura econômica, entre outros. Tais fatos indesejáveis podem comprometer a saúde de Instituições financeiras. A partir da preocupação com a possibilidade desses eventos acontecerem, o *BCBS* sugeriu, em 1996, de uma estrutura internacional de controles internos, devido às limitações impostas de alavancagem de recursos não terem sido suficientes para impedir a ocorrência de relevantes perdas em Instituições financeiras.

Assim é importante manter fortes os Controles internos nas Instituições financeiras, para minimizar o risco de crédito e de mercado e também o risco inerente à imagem e reputação da Instituição, que ficaria abalada caso houvesse envolvimento com casos de Lavagem dinheiro.

2.5 COMPLIANCE

De origem no verbo em inglês *to comply*, que significa cumprir, executar, satisfazer, realizar algo imposto, o termo *compliance* consiste no ato de cumprir, estar em conformidade e executar regulamentos impostos às atividades da instituição, sejam internos e externos, buscando mitigar o risco atrelado ao relatório legal e à reputação (MANZI, 2008).

Para Bergamini Júnior (2005), o objetivo do *compliance* pode ser dividido em duas áreas: sendo o alinhamento às normas internas, de nível operacional ou estratégico, e o atendimento às normas externas, provenientes de leis e regulamentos.

Já a Auditoria de *compliance* envolve julgamento e obtenção de evidências para determinar se algumas atividades operacionais ou financeiras de uma Entidade atendem a regras, condições ou regulamentos a ela aplicáveis (BOYNTON, JOHNSON e KELL, 2002).

O objetivo das atividades de *compliance* é suavizar o risco da imagem da Instituição, monitorando os processos de cumprimento das normas internas e externas (BECCARI, 2006).

A missão de *compliance* é assegurar a adequação funcionamento e fortalecimento do sistema de controles internos da instituição, em conjunto com as demais áreas. Procura-se minimizar os riscos e abranger a cultura de controles, assegurando o cumprimento das leis e regulamentos existentes (ABBI e FEBRABAN, 2003).

O *compliance* é mais um instrumento no combate e prevenção à lavagem de dinheiro, através dela é possível evidenciar se a Instituição está de acordo com os normativos vigentes, inclusive os normativos relacionados à PLD. Têm-se esse resultado pelo fato de o *compliance* assegurar o bom funcionamento dos regulamentos e a conseqüente aplicação destes.

A Associação Brasileira dos Bancos Internacionais - ABBI e a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN (2003 p.09), no sistema de controles internos, a função de *compliance* possui a seguinte aplicabilidade,

- Leis – certificar-se da aderência e do cumprimento;
- Princípios Éticos e de Normas de Conduta - assegurar-se da existência e observância;
- Regulamentos e Normas - assegurar-se da implementação, aderência e atualização;
- Procedimentos e Controles Internos - assegurar-se da existência de Procedimentos associados aos Processos;
- Sistema de Informações - assegurar-se da implementação e funcionalidade;
- Planos de Contingência - assegurar-se da implementação e efetividade por meio de acompanhamento de testes periódicos;

- Segregação de Funções - assegurar-se da adequada implementação da Segregação de Funções nas atividades da Instituição, a fim de evitar o conflito de interesses;
- Prevenção à Lavagem de Dinheiro - fomentar a cultura de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, através de treinamentos específicos;
- (Entre outros).

Na citação acima, são listadas algumas das aplicabilidades do *compliance* em um sistema de controles internos. Para as leis, o *compliance* serve para assegurar-se de que há aderência e cumprimento à legislação pertinente; certifica a existência e observância de princípios éticos e normas e conduta; assegura-se da existência de procedimentos associados aos processos, auxiliando nos controles internos; como também se assegura da implementação e funcionalidade quando em um sistema de informações.

No que tange esta pesquisa, o penúltimo item citado refere-se à prevenção à lavagem de dinheiro. Aplica-se *compliance* à PLD através de treinamentos específicos.

Finaliza-se então a parte de fundamentação teórica do presente trabalho. No próximo capítulo serão apresentados e analisados os dados encontrados na pesquisa.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Conforme anteriormente mencionado, a presente pesquisa foi realizada com base na documentação disponibilizada pelas Instituições financeiras, listadas na BOVESPA, podendo assim fazer a referida comparação dos relatórios emitidos com as exigências legais. Com o objetivo de verificar o percentual de aderência/cumprimento aos normativos (Lei Nº 9.613/98, Resolução BACEN nº 2.554/98 e Circular BACEN nº 3.461/09) por parte das Instituições Financeiras. Ressalta-se que não houve a pretensão de medir o nível de governança destas Instituições ou analisar criticamente a forma de apresentação das suas Práticas e Políticas.

Destaca-se que para obter as respostas para cada quesito foram feitas análises nas documentações disponibilizadas pelas seis Instituições financeiras, conforme abordado na Metodologia, sendo as seguintes Instituições: Banco do Brasil, Banese, Banrisul, Bic Banco, Indusval, Itaú Unibanco Holding.

3.1 CADASTRO DE CLIENTES

No primeiro item analisado, sobre Cadastro de Clientes, apresentado no Gráfico 01, composto por 05 quesitos, as Instituições financeiras analisadas atingiram uma média de 90% de aderência/cumprimento, conforme apresentado no Gráfico 01 a seguir.

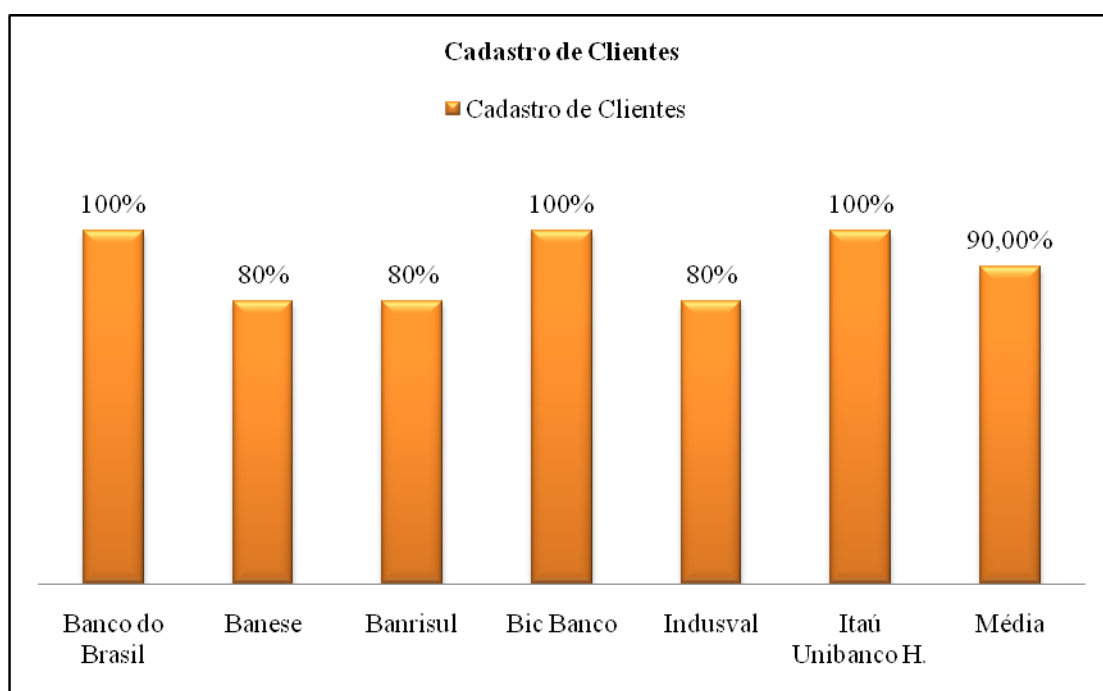


Gráfico 01: Cadastro de Clientes

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os quesitos respondidos como “Não Atende” foram assim assinalados por não constarem informações para respondê-los nos relatórios disponibilizados. Esses relatórios descrevem as atividades, práticas e políticas adotadas pelas Instituições para Prevenção e Combate à Lavagem dinheiro. Entende-se que em virtude de a informação não constar nos relatórios, a Instituição não atende ao quesito.

Um quesito dos itens analisados que chamou atenção por “Não Atende” verificado em quatro das seis Instituições, foi o relacionado com a permanência mínima de cinco anos dos cadastros e registros realizados.

Outro quesito de destaque negativo na pesquisa foi tocante à identificação e cadastramento das Pessoas Físicas autorizadas a representar clientes de Pessoa Jurídica, bem como seus proprietários. Neste quesito apenas duas das Instituições financeiras (Banco do Brasil e Indusval) relataram sobre essa prática adotada.

Verificou-se que as Instituições Banco do Brasil, Bic Banco e Itaú Unibanco Holding obtiveram 100% de aderência ao item Cadastro de Clientes.

A seguir mostrar-se-á separadamente o resultado de cada instituição financeira. No primeiro quadro deste capítulo, o Quadro 08, apresenta-se o resultado encontrado na análise feita na documentação disponível das instituições financeiras em questão referente ao item cadastro de clientes.

Quadro 08: Check-List respondido sobre Informações Relativas ao Cadastro de Clientes

Quesito	Instituição Financeira											
	Banco Brasil		Banese		Banrisul		BicBanco		Indusval		Itaú Unibanco H.	
	A	N-A	A	N-A	A	N-A	A	N-A	A	N-A	A	N-A
1. É mantido atualização dos clientes, identificando-os conforme as instruções das autoridades competentes?	X		X		X		X		X		X	
2. Caso cliente seja Pessoa Jurídica, é feito a identificação e cadastramento também das Pessoas Físicas autorizadas a representá-las, bem como seus proprietários?	X		X		X		X		X		X	
3. Os cadastros e registros realizados são mantidos durante o período mínimo de cinco anos?	X			X		X	X		X		X	
4. As informações cadastrais dos clientes estão atualizadas?	X		X		X		X			X	X	

5. As informações cadastrais permitem caracterizar, ou não, seus clientes como pessoas politicamente expostas e identificar a origem dos fundos envolvidos nas transações dos clientes assim caracterizados?	X		X		X		X		X		X	
--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--

Fonte: Adaptado da Lei Nº 9.613, de 03 de março de 1998; Resolução nº 2.554 de 24 de setembro de 1998; e Circular nº 3.461/09, emitida pelo BACEN.

Percebe-se no *check-list* acima que dos cinco quesitos a instituição financeira Banco do Brasil atende a todos. Não tendo nenhum quesito a ser classificado com “Não Atende”. Ressalta-se que entre os relatórios disponibilizados consta que nesta instituição não se admite a movimentação de recursos por meio de contas correntes anônimas ou vinculadas a titulares fictícios.

A instituição financeira Banco Banese alcançou 80% de atendimento aos quesitos propostos. Conforme o quadro acima, a instituição não especificou em seus relatórios disponibilizados que “os cadastros e registros realizados são mantidos durante o período mínimo de cinco anos”. Portanto deixando de cumprir um dos cinco quesitos, obteve perca de 20%. Esta instituição contém em sua administração um programa de “Política Conheça Seu Cliente” que abrange diversas práticas que atendem as exigências contidas na legislação de lavagem de dinheiro referentes a cadastro de clientes. Este programa tem como um dos objetivos, estabelecer um programa de visitas aos clientes permanentes, visando identificar, “*in-loco*”, a compatibilidade de sua movimentação financeira com seus negócios ou com a atividade econômica exercida, aproveitando a oportunidade para a atualização dos dados cadastrais.

A próxima instituição financeira, a Banrisul, neste item cadastro de clientes obteve a percentagem de 80%, mesma percentagem obtida na instituição financeira Banese.

A instituição financeira Banrisul não especificou em seus relatórios disponibilizados sobre a guarda dos seus registros de clientes pelo prazo mínimo de cinco anos. Seus relatórios afirmam apenas estarem de acordo com a Circular nº 3.461/09, emitida pelo BACEN, que define que devem ser mantidos controles e registros internos consolidados que permitam verificar, além da adequada identificação do cliente, a compatibilidade entre as correspondentes movimentações de recursos, atividade econômica e capacidade financeira.

A instituição financeira Bic Banco atingiu 100% dos quesitos atendidos no item cadastro de clientes. Seus relatórios disponibilizados contém práticas como identificação dos clientes e atualização constante das informações cadastrais dos clientes permanentes; também como o registro e guarda das informações relativas às operações e serviços financeiros dos

clientes.

A instituição financeira Banco Indusval também apresentou seus relatórios e alcançou no item cadastro de clientes a percentagem de 80% de cumprimento aos quesitos. O único quesito não claramente atendido pelo banco Indusval foi: “As informações cadastrais dos clientes estão atualizadas?”. Nos relatórios e descrições analisadas não foram encontradas informações que pudessem afirmar como “Atende” ao quesito.

Foram claramente identificadas nos relatórios de procedimento para coibir o crime de lavagem de dinheiro do Banco Indusval práticas como: conhecer e entrevistar o cliente pessoa física; visitar o cliente pessoa jurídica e manter evidências e registros do quanto foi observado; cuidar para que os clientes politicamente expostos sejam devidamente identificados, inclusive seus parentes em primeiro grau e pessoas de seu relacionamento próximo.

A última instituição analisada no item cadastro de clientes, o Itaú Unibanco Holding, alcançou 100% de cumprimento aos quesitos. Foram identificadas diversas práticas para cadastro e identificação de clientes, tais como o Processo de Identificação de Clientes: é o conjunto de ações para identificação de clientes, incluindo a captura, atualização e armazenamento de informações cadastrais. As informações e registros das operações e serviços prestados são mantidos em sua forma original ou em arquivos eletrônicos, conforme prazos e responsabilidades estabelecidos pela legislação vigente; outra prática identificada é para pessoas politicamente expostas, suas diretrizes estão definidas na Política Corporativa de Cadastro de Clientes (HF-32) e na circular interna Prevenção e Combate ao Uso do Itaú Unibanco em Atividades Ilícitas (AG-9).

3.2 TRANSAÇÕES SUSPEITAS

O segundo item analisado foi o item transações suspeitas, apresentado a seguir pelo Gráfico 02, como também pelo Quadro 09.

O Gráfico 02 apresenta o item Transações Suspeitas, composto por nove quesitos.

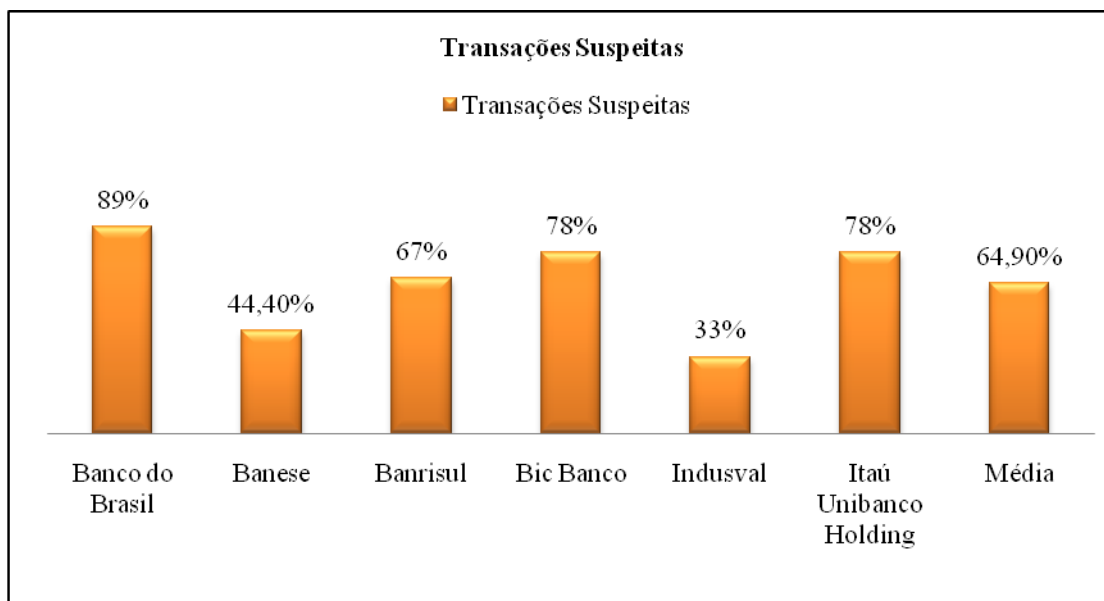


Gráfico 02: Transações Suspeitas

Fonte: dados da pesquisa.

Neste item as Instituições financeiras alcançaram média aproximada de 65%, tal média foi desnivelada em virtude da análise das Instituições Banese e Indusval, que não prestaram informações suficientes. As informações não diagnosticadas estão relacionadas ao registro das transações quando o cliente, pessoa física ou jurídica, ou seus entes ligados, realizarem em um mesmo mês-calendário, operações semelhantes que ultrapasse o limite fixado pela autoridade competente. Além disso, as Instituições não citaram sobre as transações feitas em cheques, se são mantidos registros de depósitos dos mesmos, liquidação de cheques depositados em outra Instituição Financeira e da utilização de instrumentos de transferência de recursos.

Neste item, Transações Suspeitas, o Banco do Brasil atendeu a oito dos nove quesitos do *check-list*, alcançando uma percentagem de destaque com 89% de aderência/cumprimento aos quesitos analisados.

O Quadro 09, a seguir, demonstra separadamente o desempenho das instituições financeiras no item transações suspeitas, neste item obtiveram-se os piores índices alcançados nesta pesquisa.

Quadro 09: Check-List respondido sobre Transações Suspeitas

Quesito	Instituição Financeira											
	Banco Brasil		Banese		Banrisul		BicBanco		Indusval		Itaú Unibanco H.	
	A	N-A	A	N-A	A	N-A	A	N-A	A	N-A	A	N-A
6. Há registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira que ultrapasse o valor pré-fixado por esta referida Lei ou pela autoridade competente?	X		X		X		X		X		X	
7. Há registro de títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo que possa ser convertido em dinheiro, que ultrapasse o valor pré-fixado por esta referida Lei ou pela autoridade competente?	X		X		X		X		X		X	
8. Há registro das transações quando o cliente, físico ou jurídico, ou seus entes ligados, realizar em um mesmo mês-calendário, operações semelhantes que ultrapasse o limite fixado pela autoridade competente?	X		X		X		X		X		X	
9. É destinada maior atenção, por parte desta Instituição, às operações que possam se constituir em indícios de Lavagem de Dinheiro ou ocultação de bens e valores?	X		X		X		X		X		X	
10. É mantido registro de todos os serviços financeiros prestados e de todas as operações financeiras realizadas com os clientes ou em seu nome?	X		X		X		X		X		X	
11. São mantidos registros de depósitos em cheques, liquidação de cheques depositados em outra Instituição Financeira e da utilização de instrumentos de transferência de recursos?	X		X		X		X		X		X	
12. Há registros específicos da emissão ou recarga de valores em um ou mais cartões pré-pagos; e das movimentações superiores a R\$100.000,00 em espécie?		X	X		X		X		X		X	
13. É destinada especial atenção às transações que indiquem risco de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998, ou com eles relacionados?	X		X		X		X		X		X	
14. Há avaliação da alta gerência quanto ao interesse no início ou manutenção do relacionamento com o cliente, em casos de especial atenção?	X		X		X		X		X		X	

Fonte: Adaptado da Lei Nº 9.613, de 03 de março de 1998; Resolução nº 2.554 de 24 de setembro de 1998; e Circular nº 3.461/09, emitida pelo BACEN

O Banco do Brasil obteve resultado de 89%, ou seja, atendeu oito dos nove quesitos elaborados. Esta instituição não deixou claro em seus relatórios sobre “registros específicos da emissão ou recarga de valores em um ou mais cartões pré-pagos; e das movimentações superiores a R\$100.000,00 em espécie” (quesito 12 do item transações suspeitas). Esta instituição afirma adotar procedimentos, no desenvolvimento de produtos e serviços, que objetivam inibir a prática do crime de lavagem de dinheiro; previnem a prática de lavagem de dinheiro na realização de negócios no País e no exterior, em consonância com a legislação nacional e vigente em cada país onde atuam.

O Banco Banese alcançou apenas 44% de aderência ao *check-list* no item de transações suspeitas. Estima-se que os relatórios emitidos pela instituição não focaram descrever esses pontos, mas que a instituição deve cumprir essas exigências nas transações diárias.

O Banco Banese não atendeu aos quesitos 07, 08, 10, 11 e 12. Os quais tratam respectivamente: Se há registro de todas as transações que ultrapassem o valor pré-fixado por esta referida Lei ou pela autoridade competente; Há registro das transações quando o cliente, físico ou jurídico, ou seus entes ligados, realizar em um mesmo mês-calendário, operações semelhantes que ultrapasse o limite fixado pela autoridade competente; É mantido registro de todos os serviços financeiros prestados e de todas as operações financeiras realizadas com os clientes ou em seu nome; São mantidos registros de depósitos em cheques, liquidação de cheques depositados em outra Instituição Financeira e da utilização de instrumentos de transferência de recursos; há registros específicos da emissão ou recarga de valores em um ou mais cartões pré-pagos; e das movimentações superiores a R\$ 100.000,00 em espécie.

O Banco Banese afirma realizar de forma sigilosa a análise, o registro e a comunicação dos processos às autoridades competentes, de operações financeiras que sinalizam indícios de lavagem de dinheiro; monitorar, conforme determina a Circular nº 3.461, do BACEN, as Pessoas Politicamente Expostas (PPE).

Com resultado 23 pontos percentuais a maior em relação ao Banco Banese, o Banco Banrisul atingiu aderência de 67%. Dos nove quesitos avaliados, três não foram atendidos pelo Banco Banrisul. São eles os de números 07, 11 e 12. Não foram encontrados nos relatórios emitidos e disponibilizados informações sobre registro de títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo que possa ser convertido em dinheiro, que ultrapasse o valor pré-fixado por esta referida Lei ou pela autoridade competente; registros de depósitos em cheques, liquidação de cheques depositados em outra Instituição Financeira e da utilização de instrumentos de transferência de recursos; ou registro na emissão ou recarga de valores em um ou mais cartões

pré-pagos e das movimentações superiores a R\$100.000,00 em espécie.

Ainda constante no Quadro 09, são apresentados detalhados os quesitos respondidos do Bic Banco. Essa instituição financeira alcançou 78% de aderência aos quesitos propostos. Sendo assim não cumprindo dois dos nove quesitos.

Os quesitos não cumpridos do item de transações suspeitas, pela instituição financeira Bic Banco, são os de número 07 e 11. Sendo eles se há registro de títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo que possa ser convertido em dinheiro, que ultrapasse o valor pré-fixado e são mantidos registros de depósitos em cheques, liquidação de cheques depositados em outra Instituição Financeira e da utilização de instrumentos de transferência de recursos. O Bic Banco descreve em seus relatórios que está em conformidade à legislação, normas e regulamentação complementar aplicáveis na prevenção e detecção à lavagem de dinheiro em todas as suas filiais e subsidiárias, tanto em seu país de origem como as localizadas no exterior.

A análise feita no Banco Indusval apresenta o menor percentual de aderência de toda a pesquisa em questão. Obteve 33% de aderência, de atendimento aos quesitos propostos. Estima-se que o baixo percentual de aderência pode ser por falta de informações com esse foco nos relatórios utilizados, disponibilizados pela própria instituição.

Destacam-se os quesitos cumpridos, respondidos como “Atende” pela instituição Indusval, estes de números 09, 13 e 14, sendo apenas três dos nove propostos. São esses quesitos que devem conter maior destinação de atenção às operações que possam constituir indícios e suspeitas de lavagem de dinheiro; a destinação de especial atenção ao que se refere à legislação; como também há avaliação da alta gerência nos casos de especial atenção. A instituição afirma em seus relatórios que assessora seus funcionários e administração sobre a pertinência de comunicação de propostas, operações e/ou situações com indícios de estarem, direta ou indiretamente, relacionadas aos crimes precedentes à “LD/FT”, tipificados na Lei 9.613/98.

A instituição financeira Itaú Unibanco Holding alcançou 78% de atendimento aos quesitos propostos. Dois quesitos foram respondidos como “Não Atende” no *check-list* do item transações suspeitas para Itaú Unibanco Holding, sendo eles de números 07 e 11, os mesmo citados no Banco Bic Banco.

A instituição Financeira Itaú Unibanco Holding destaca em seu sítio na internet que destina especial atenção às operações que requerem monitoramento reforçado, no que se referem a indícios de operações de lavagem de dinheiro.

3.3 COMUNICAÇÃO ÀS AUTORIDADES

O próximo item de análise, constante no *check-list*, com os quesitos 15 e 16, é o de Comunicação às Autoridades Competentes. Para análise foram utilizados os resultados às perguntas constantes no Quadro 10.

Neste caso dispensa-se o gráfico pelo fato de as instituições analisadas estarem de acordo no item Comunicação às Autoridades Competentes, sendo este o único item atendido 100% por todas as Instituições Analisadas.

Este item, relativo às Informações Encontradas sobre a Comunicação às Autoridades Competentes, era composto por apenas dois quesitos, que tratavam da comunicação às autoridades competentes de transações em moeda nacional ou estrangeira, títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo que possa ser convertido em dinheiro, que ultrapasse o valor pré-fixado por esta referida Lei ou pela autoridade competente e se junto à comunicação é enviada a identificação e as informações presentes no cadastro da entidade; da mesma forma as operações ou propostas que possam se constituir em crimes previstos nessa Lei.

As comunicações, se adequadamente efetuadas às autoridades competentes, possibilitam que sejam rastreados os casos de Lavagem dinheiro, sendo, portanto, de suma importância o cumprimento total destes quesitos pelas Instituições financeiras e demais instituições sujeitas a esta legislação citada.

O Quadro 10, a seguir, demonstra o resultado obtido nas instituições financeiras analisadas, referente à comunicação às autoridades competentes, todas alcançando 100% de aderência. Portanto todas cumprem com os dois quesitos elaborados.

Quadro 10: Check-List respondido sobre Comunicação às Autoridades Competentes

Quesito	Instituição Financeira											
	Banco Brasil		Banese		Banrisul		BicBanco		Indusval		Itaú Unibanco H.	
	A	N-A	A	N-A	A	N-A	A	N-A	A	N-A	A	N-A
15. São comunicadas, às autoridades competentes, as transações em moeda nacional ou estrangeira, títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo que possa ser convertido em dinheiro, que ultrapasse o valor pré-fixado por esta referida Lei ou pela autoridade competente?	X		X		X		X		X		X	

16. Junto à comunicação é enviada a identificação e as informações presentes no cadastro da entidade; da mesma forma as operações ou propostas que possam se constituir em crimes previstos nessa Lei?	X		X		X		X		X		X	
--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--

Fonte: Adaptado da Lei Nº 9.613, de 03 de março de 1998; Resolução nº 2.554 de 24 de setembro de 1998; e Circular nº 3.461/09, emitida pelo BACEN

O Banco do Brasil atendeu aos dois quesitos, conforme demonstrado no Quadro 10. A instituição descreve em seus relatórios que comunica, às autoridades competentes, as operações ou propostas de operações que, na forma da legislação vigente, caracterizam indício de lavagem de dinheiro.

O resultado obtido com base na análise dos relatórios disponibilizados pela instituição financeira Banese, referente à comunicação às autoridades competentes, alcança 100% de aderência. Entre suas práticas destacam-se constituir processo, emitir parecer e comunicar as autoridades competentes.

O resultado do banco Banrisul também é de 100%, obtido com base na análise dos relatórios disponibilizados pela instituição. Este resultado é referente ao item comunicação às autoridades competentes. Descreve a instituição: “As movimentações financeiras que possam indicar a existência de crime, em razão de suas características, valores, formas de realização e instrumentos utilizados, ou que não apresentam fundamento econômico ou legal, devem ser comunicadas à Controladoria, que, após análise técnica, decidirá sobre a informação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).”

O Bic Banco, referente à comunicação às autoridades competentes, alcança 100% de aderência. Descreve que há comunicação tempestiva de propostas e/ou operações consideradas suspeitas ou atípicas; como também comunicação tempestiva de operações em espécie, ou cujo montante atinja os patamares fixados pelos reguladores.

A instituição financeira Indusval igualmente atende aos quesitos analisados referentes à comunicação às autoridades competentes. Sendo assim destaca-se que esta instituição, como as demais instituições, cumpriu os dois quesitos que exigem a comunicação às autoridades competentes das transações que ultrapassem o valor pré-fixado pela legislação ou pela autoridade competente; como também se junto à comunicação é enviada a identificação e as informações de cadastro contidas na unidade.

O banco Itaú Unibanco Holding alcançou 100% de aderência. Consta em seus relatórios que os colaboradores do Itaú Unibanco conhecem sua obrigação de comunicar indícios ou evidências de atos ilícitos, utilizando-se dos diversos canais estabelecidos, por

meio físico ou eletrônico. São disponibilizados canais para comunicações dos clientes, dos prestadores de serviços e do público em geral. Para maior eficácia do processo, é garantida a confidencialidade plena dos autores das denúncias.

3.4 CONTROLES INTERNOS

Os últimos quesitos do *check-list*, os quesitos de número 17 ao de número 29, são referentes aos controles internos das instituições financeiras. Os resultados obtidos pelas instituições foram demonstrados no Gráfico 03, como também no Quadro 11, a seguir.

No último item, demonstrado no Gráfico 03, sobre as informações obtidas nos relatórios sobre os Controles Internos Aplicados às Instituições financeiras, Itaú Unibanco Holding destacou-se com a maior percentagem obtida com 85%, sendo a média de 75,74%.

O item citado continha o maior número de quesitos a serem analisados (13 quesitos), em decorrência da grande exigência de controles internos voltados à Prevenção e Combate à Lavagem dinheiro.

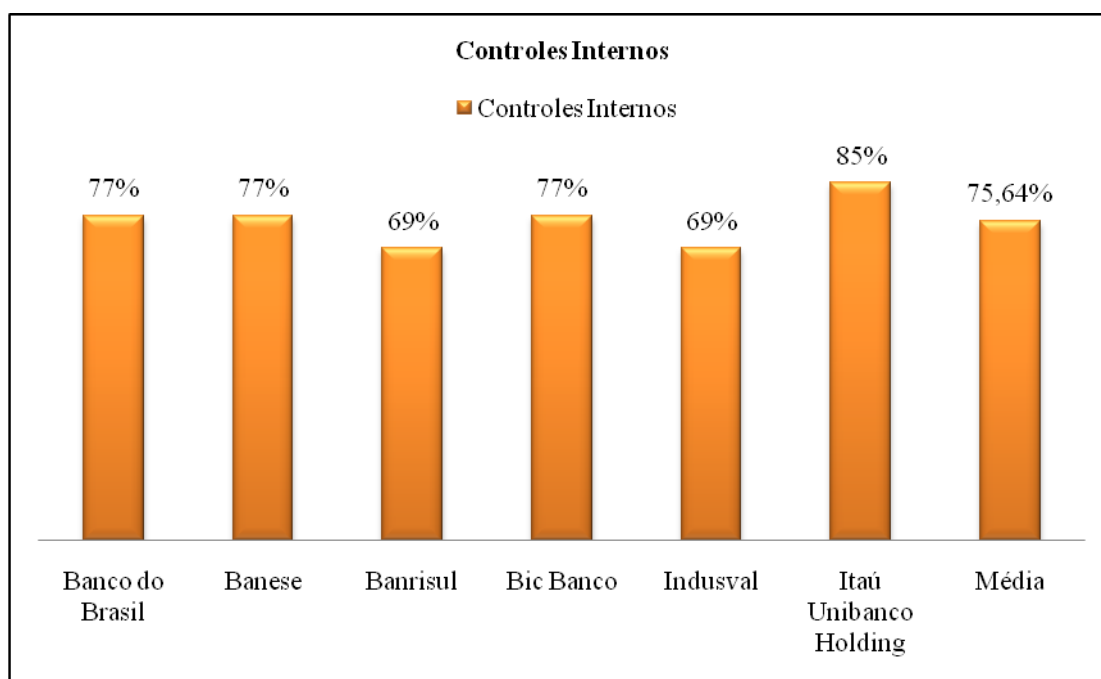


Gráfico 03: Controles Internos

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme o Gráfico 03 apresentado, as Instituições se mantiveram perto da média de 75,64%, não sendo verificada nenhuma discrepância advinda da análise efetuada. Os quesitos apontados como “Não Atende” estão relacionados, de forma geral entre as instituições, como

a segregação de funções nas operações de registro e cadastro, e existência de testes periódicos nos controles internos voltados às Práticas de Prevenção e Combate à Lavagem dinheiro.

O quesito relacionado à emissão de relatórios semestralmente para acompanhamento sistemático das atividades de controle interno, não foram identificados no Banrisul e no Banco Indusval, que emitem o relatório anualmente.

Destaca-se que não foi informado por nenhuma das Instituições financeiras que esse relatório é mantido à disposição do Banco Central por um período mínimo de cinco anos, embora a lei exija.

O Quadro 11, a seguir, demonstra os resultados obtidos em cada uma das instituições financeiras analisadas na presente pesquisa, No que tange a controles internos do *check-list* aplicado.

Quadro 11: Check-List respondido sobre Controles Internos

Quesito	Instituição Financeira											
	Banco Brasil		Banese		Banrisul		BicBanco		Indusval		Itaú Unibanco H.	
	A	N-A	A	N-A	A	N-A	A	N-A	A	N-A	A	N-A
17. Na Instituição Financeira em questão há implantação e implementação de controles internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas?	X		X		X		X		X		X	
18. É de responsabilidade da diretoria da Instituição a implementação e implantação de uma estrutura de Controles Internos entre todos os níveis de negócio dessa Instituição, tão quanto da verificação sistemática da adoção desses controles?	X		X		X		X		X		X	
19. As disposições dos Controles Internos são acessíveis a todos os funcionários?	X		X		X		X		X		X	
20. A atividade de Auditoria Interna faz parte dos controles internos nessa Instituição?	X		X		X		X		X		X	
21. As disposições dos Controles Internos prevêm definições de responsabilidades e segregação das atividades?	X		X		X		X	X	X		X	
22. As disposições dos Controles Internos prevêm meios para identificação de quaisquer fatores que possam causar problemas na realização dos objetivos definidos?		X		X		X	X		X		X	

23. Há na Inst. contínua avaliação dos riscos inerentes; acompanhamento sistemático das atividades, assegurando que quaisquer desvios podem ser prontamente corrigidos?	X		X		X	X	X	X		X	
24. Existem testes periódicos para segurança dos sistemas de informações?		X	X			X	X	X	X		X
25. Há atualização periódica dos Controles Internos?	X		X		X	X	X	X		X	
26. É emitido semestralmente relatório para acompanhamento sistemático das atividades de controle interno?	X			X		X	X	X	X	X	
27. Esses relatórios são submetidos ao conselho de administração? ou em sua falta à diretoria, como também à auditoria externa da administração?	X		X		X	X	X	X		X	
28. Esses relatórios ficam à disposição do Banco Central do Brasil por cinco anos?		X		X		X	X	X	X		X
29. Existe na Instituição auditoria independente, a fim de assegurar conformidade e transparência?	X		X		X	X	X	X		X	

Fonte: Adaptado da Lei Nº 9.613, de 03 de março de 1998; Resolução nº 2.554 de 24 de setembro de 1998; e Circular nº 3.461/09, emitida pelo BACEN

Esse item de controles internos é composto por treze quesitos numerados aqui de 17 a 29. No caso da instituição financeira Banco do Brasil, esta deixou de cumprir três dos quesitos, obtendo uma percentagem de 77%. Os quesitos não atendidos foram referentes às disposições dos controles internos, se elas prevêm meios para identificação de quaisquer fatores que possam causar problemas na realização dos objetivos definidos; se existem testes periódicos para segurança dos sistemas de informações; e se os relatórios dos controles internos ficam à disposição do Banco Central do Brasil por cinco anos.

O Banco do Brasil destaca que mantém programa específico de treinamento de funcionários sobre prevenção e combate à lavagem de dinheiro, no processo de gestão empresarial.

O Banese atingiu a mesma percentagem obtida da instituição financeira anterior, Banco do Brasil, 77%. Entretanto divergem nos itens 24 e 26. Portanto a instituição financeira Banese não atende aos quesitos relacionados às disposições dos controles internos, se elas prevêm meios para identificação de quaisquer fatores que possam causar problemas na realização dos objetivos definidos; se é emitido semestralmente relatório para acompanhamento sistemático das atividades de controle interno; e se esses relatórios ficam à disposição do Banco Central do Brasil por cinco anos.

Há descrição da emissão desses relatórios para acompanhamento sistemático das atividades de controle interno anualmente, sendo que na legislação é exigido semestralmente. A instituição ainda descreve manter controles e registros internos atualizados e consolidados que permitam verificar, além da adequada identificação do cliente, a compatibilidade entre as correspondentes movimentações de recursos, atividade econômica e capacidade financeira.

A instituição financeira Banrisul atingiu percentual de 69%. Esta não atendeu aos quatro quesitos: 22, 24, 26 e 28. Estes quesitos, não cumpridos, referem-se às disposições dos controles internos, se elas prevêm meios para identificação de quaisquer fatores que possam causar problemas na realização dos objetivos definidos; se existem testes periódicos para segurança dos sistemas de informações; se é emitido semestralmente relatório para acompanhamento sistemático das atividades de controle interno; e se esses relatórios ficam à disposição do Banco Central do Brasil por cinco anos.

A instituição relata, em seus documentos disponibilizados, que mantém controles e registros internos consolidados que permitam verificar, além da adequada identificação do cliente, a compatibilidade entre as correspondentes movimentações de recursos, atividade econômica e capacidade financeira, para adequar-se ao estabelecido na Circular nº 3.461/09, do BACEN.

O Bic Banco deixou de cumprir três quesitos da parte de controles internos do *check-list* em questão. São eles os de números 21, 24 e 28 respectivamente. O de número 21 faz referência à ideal segregação de funções, a instituição em questão não descreve práticas sobre esse assunto; a de número 24 trata-se dos testes periódicos para segurança dos sistemas de informações; e o de número 28 é novamente se os relatórios dos controles internos ficam à disposição do Banco Central do Brasil por cinco anos.

O banco Indusval, igualmente ao Banrisul, teve percentual alcançado de adesão ao item de controles internos de 69%, não atende a quatro dos treze quesitos. Seus quesitos atendidos são os de número 22, 24, 26 e 28. Esta instituição financeira, Indusval, descreve em seus documentos disponibilizados sobre sua preocupação em assegurar a constante evolução da estrutura, bem como sua adequação as melhores práticas de governança corporativa; de ser responsável pela análise dos procedimentos executados, verificação de conformidade às legislações, regulamentação complementar, políticas, diretrizes e procedimentos internos estabelecidos para prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao tráfico. Garante aderência dos procedimentos das áreas às recomendações das políticas e procedimentos aprovadas pelo Comitê de Compliance quanto ao assunto prevenção a lavagem de dinheiro; revisa e aprova anualmente o conjunto das suas políticas.

Tocante a controles internos, a instituição financeira de melhor desempenho foi Itaú Unibanco Holding. Em seus relatórios disponibilizados havia informações para responder a 85% dos quesitos propostos. Não foram atendidos dois dos quesitos, estes relacionados aos testes de segurança periódico dos sistemas de informação e o quesito não cumprido pelas demais instituições, o de número 28, se os relatórios dos controles internos ficam à disposição do Banco Central do Brasil por cinco anos.

Seus documentos destacam que o Itaú Unibanco conta com auditoria interna que avalia regularmente a efetividade do programa de prevenção e combate a atos ilícitos e propõe medidas para aprimorá-lo. O programa também é avaliado periodicamente por organizações independentes.

3.5 PERCENTAGEM DE ADERÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES

A partir dos dados constantes nos Quadros 08, 09, 10 e 11, demonstrados neste capítulo, elabora-se a Tabela 01, demonstrada a seguir. Esta apresenta os percentuais médios de aderência/cumprimento para cada um dos 04 itens analisados.

Tabela 01: Resumo do Resultado da Pesquisa

Instituições financeiras Analisadas	Cadastro de Clientes	Transações Suspeitas	Comunicação às Autoridades	Controles Internos	Percentagem alcançada
Banco do Brasil	100%	89%	100%	77%	92%
Banese	80%	44%	100%	77%	75%
Banrisul	80%	67%	100%	69%	79%
Bic Banco	100%	78%	100%	77%	89%
Indusval	80%	33%	100%	69%	71%
Itaú Unibanco Holding	100%	78%	100%	85%	91%
Total médio de aderência	90%	65%	100%	76%	83%

Fonte: Dados da Pesquisa

Tocante a Tabela 01 apresentada, percebe-se que as instituições financeiras Banco do Brasil e Itaú Unibanco Holding, destacam-se com os maiores percentuais alcançados: 92% e 91% respectivamente.

O menor percentual obtido nesta pesquisa foi da instituição financeira Indusval. Seu percentual alcançado foi reduzido pelo item: transações suspeitas, onde alcançou apenas 33%, o menor resultado de toda a pesquisa.

O maior total médio de aderência entre os quatro itens obtidos teve-se no item comunicação às autoridades competentes, com 100% de aderência por parte das instituições

apresentadas. O menor, com apenas 65%, foi o item transações suspeitas.

O item transações suspeitas baixou a percentagem alcançada de todas as 06 instituições, ou seja, as instituições abordadas nesta pesquisa não divulgaram que adotam todas as práticas de prevenção à lavagem de dinheiro no que tange as transações suspeitas. O total médio de aderência alcançado pelas 06 instituições foi de 65%.

Todas as instituições analisadas obtiveram um bom percentual no item cadastro de clientes. Sendo que 50% das instituições financeiras alcançaram aderência total e 50% alcançaram aderência de 80%. No item cadastro de clientes contém apenas 05 quesitos a serem respondidos, ou seja, as instituições que tiveram uma perda de 20% deixaram de cumprir apenas 01 quesito.

O terceiro capítulo referente à apresentação e análise dos dados obtidos encerra-se. No próximo capítulo são apresentadas as conclusões e recomendações para trabalhos futuros.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após as análises e verificações efetuadas, constatou-se que as Instituições financeiras analisadas atendem boa parte do exigido pela Lei nº 9.613/98, Resolução BACEN nº 2.554/98 e Circular BACEN nº 3.461/09.

Entretanto, ressalta-se que nenhuma das Instituições Financeiras analisadas obteve 100% de aderência/cumprimento aos itens e quesitos analisados.

As instituições financeiras que mais se destacaram, alcançando médias de 92% e 91% de aderência respectivamente, foram o Banco do Brasil e Itaú Unibanco Holding. No caso do Banco do Brasil sua melhor percentagem, como a das demais instituições foi no item comunicação às autoridades competentes com 100% de aderência, também com resultado significativo no item cadastro de clientes, atingindo também 100% de atendimento. A menor percentagem do Banco do Brasil foi ao item referente a controles internos.

Constata-se que o item de menor média apurado na pesquisa foi o referente às transações suspeitas, chamando a atenção que fragilidades encontradas nesse controle podem comprometer a descoberta de criminosos que utilizam o sistema financeiro para lavar dinheiro. Além disso, verificou-se que esse item reduziu a média da segunda instituição que obteve maior percentual de aderência, o Itaú Unibanco Holding.

A instituição que apresentou menor aderência ao *check-list* elaborado foi a Indusval, com 71% de aderência aos quesitos elaborados a partir da legislação, sendo que os quesitos que mais impactaram o resultado foram os referentes às transações suspeitas com 33%.

Conclui-se que apesar das Instituições financeiras terem atendido de forma significativa aos normativos citados, ainda é preciso conceder especial atenção a pontos importantes, como os registros de transações suspeitas, que apontou índices de apenas 33% de aderência em alguns casos e uma média geral de 65% no conjunto das Instituições.

Além disso, um ponto positivo identificado em todas as Instituições analisadas foi o relacionado às Comunicações às autoridades competentes, que obtiveram com 100% de aderência aos normativos em todas as Instituições analisadas. Outro destaque positivo foi o fato de as seis instituições financeiras analisadas obterem 100% de aderência aos quesitos relativos à presença e funcionamento da atividade de auditoria externa e auditoria interna. A situação comentada demonstra uma ligação de alto percentual de aderência à legislação.

Quanto ao item de sobre controles internos, verificou-se que as Instituições Financeiras alcançaram média de 76% de aderência/cumprimento, sendo esse o item o que possuía mais quesitos a serem avaliados no *check-list* aplicado e um dos mais relevantes

analisados.

O fato de apenas 06 das 27 instituições listadas na BOVESPA terem sido analisadas deve-se ao fato de que apenas as citadas 06 apresentaram e divulgaram seus relatórios através dos sítios eletrônicos ou após contato via email, pessoalmente e através do telefone. Destaca-se que o contato foi efetuado com todas as instituições por meio das respectivas ouvidorias e pessoalmente nas agências. Entretanto, nenhuma das demais 21 instituições respondeu positivamente às solicitações de envio de documentos para o presente estudo.

Verificou-se a necessidade de melhorar a transparência e governança nessas 21 instituições que não têm disponibilizadas suas informações sobre Políticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro em seus sítios eletrônicos, mesmo que na parte de relação com investidores, ou ouvidoria, ou após contato pessoal ou por telefone a documentação não foi disponibilizada.

Dessa forma, frisa-se que restou demonstrado que as 06 entidades no estudo analisadas adotam práticas de governança, com transparência de suas políticas e prestação de contas aos interessados.

Por fim, os dados levantados demonstraram que o percentual de aderência/cumprimento às Políticas de Prevenção à Lavagem dinheiro (auditoria, controles internos e *compliance*) por parte das 06 Instituições Financeiras do Brasil analisadas é em média de 83%, o que ressalta que as instituições financeiras adotaram diversas das práticas e políticas estabelecidas, mas ainda não aderiram na totalidade os principais normativos de prevenção e combate a lavagem dinheiro. Diante disso, ressalta-se que os resultados sugerem que podem existir lacunas eventuais que reduzem controles e aumentam riscos das Instituições Financeiras brasileiras.

Para novas pesquisas recomenda-se complementar o *check-list* utilizado acrescentando-se a Resolução nº 3.542, emitida pelo BACEN em março de 2012, que divulga a relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98, passíveis de comunicação ao COAF.

Referente à divulgação e acesso às informações das instituições, das práticas de prevenção à lavagem de dinheiro, pode-se elaborar um trabalho de análise do nível de governança corporativa das instituições financeiras listadas na BOVESPA.

REFERÊNCIAS

ABBI – Associação Brasileira dos Bancos Internacionais; FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos, **Função de compliance**. p.08-10, 2004. Disponível em: http://www.febraban.org.br/p5a_52gt34++5cv8_4466+ff145afbb52ffrtg33fe36455li5411pp+e/sitefebraban/Funcao_de_Compliance.pdf. Acesso em 10 de junho de 2012.

AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS – AICPA. **AICPA professional standards** - Vol. 1 - U.S. Auditing Standards - Attestation Standards. New York: AICPA, 1997.

AMORIM, E. N. C.; CARDOZO M. A.; VICENTE E. F. R.. **Os impactos da implementação de controles internos, auditoria e compliance no combate e prevenção à lavagem de dinheiro no Brasil**. In: XIII Congresso de Contabilidade e Auditoria, 2011, Porto. XIII Congresso de Contabilidade e Auditoria, 2011.

AMORIM, Evelyse N. Chaves de. **Os impactos da implementação de controles internos e compliance no combate e prevenção à lavagem de dinheiro em instituições financeiras no Brasil**. Monografia do Curso de Ciências Contábeis – UFSC, 2009.

BARROS MARCO ANTÔNIO DE. **Lavagem de capitais e obrigações civis correlatas**. com comentário, artigo por artigo, à Lei 9613/98, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Busca de normativos**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/normativo/prepararPesquisa.do?method=prepararPesquisa> Acesso em: 08 novembro de 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Circular nº 3.461 de 24 de julho de 2009**. Consolida as regras sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998. Brasília: www.bacen.gov.br, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Circular nº 3.542 de 12 de março de 2012**. Divulga relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Brasília: www.bacen.gov.br, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2.554 de 29 de setembro de 1998**. Dispõe sobre a implantação e implementação de sistemas de controles internos. Brasília: www.bacen.gov.br, 2011.

BECCARI, Ricardo Ennio, **A ética e o sistema bancário no Brasil**. f. 102. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade de São Paulo, Departamento de Administração. São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4103. Acesso em: 22 de novembro de 2011.

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. **Controles internos como um instrumento de governança corporativa**. 2005, p.39. Disponível em:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2406.pdf
 . Acesso em: 22 de novembro de 2011.

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.613, de 03 de março de 1998**. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9613.htm. Acesso em: 22 setembro 2011.

BRASIL. Receita Federal. Conselho de Controle de Atividades Financeiras. **Cartilha sobre lavagem de dinheiro**. Disponível em:
<https://www.fazenda.gov.br/coaf/portugues/publicacoes/cartilha.htm>. Acesso em: 10 out. 2011.

CALLEGARI, André Luis. **Direito penal econômico e lavagem de dinheiro: aspectos criminológicos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

CAMDESSUS, Michael. **Money laundering: The importance of international countermeasures**. IMF, 1998.

CASTELLAR, JOÃO CARLOS. **Lavagem de dinheiro: a questão do bem jurídico**. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 210.

CASTRO, Cláudio M. **A prática da pesquisa**. São Paulo, McGraw-Hill, p. 156, 1977.

COAF. Conselho de Controle de Atividades Financeiras. **Lavagem de dinheiro: um problema mundial**. Brasília, COAF, UNDCP, 1999.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION – COSO. **Gerenciamento de riscos corporativos: estrutura integrada**. Jersey City, AICPA, 2007.

DOMINGUES, Muricy; HEUBEL, Maricê Thereza Corrêa Domingues; ABEL, Ivan José. **Bases metodológicas para o trabalho científico**. Bauru/SP: Editora Edusc, 2003.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 05 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

FRANCO, A. (Coord.); STOCO, R. (Coord.). **Leis penais especiais e sua interpretação jurisprudencial**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. v. 2.

FROSSARD, D. **A lavagem de dinheiro e a lei brasileira**. Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v. 1, p. 22-30, ago./set. 2004.

GARCIA, Thais; ALVES, Maria Bernardete Martins; BEM, Roberta Moraes de. **Procedimentos para apresentação e normalização de trabalhos acadêmicos: referências** (NBR 6023:2002). Florianópolis, 2010. 54 slides, color. Acompanha texto. Disponível em:
<http://www.bu.ufsc.br/design/moduloIIatualizado.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2012.

G1, Site de Notícias. **Senado aprova projeto que reforça combate à lavagem de dinheiro.** 2012, disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/06/senado-aprova-projeto-que-reforca-combate-lavagem-de-dinheiro.html>. Acesso em: 10 de junho de 2012.

LILLEY, P. **Lavagem de dinheiro:** negócios ilícitos transformados em atividades ilegais. São Paulo: Futura, 2001.

LONGARAY, André Andrade; BEUREN, Ilse Maria. **Caracterização da pesquisa em contabilidade.** In: BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MANZI, Vanessa Alessi. **Compliance no Brasil.** São Paulo: Editora Saint Paul, p. 34 a 40 2008.

MEIRA, Fernanda. **O combate à lavagem de dinheiro.** Revista do Centro de Estudos Judiciários, Brasília, Conselho da Justiça Federal, v. 26, set. 2004, p.50-55.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime de lavagem de dinheiro.** São Paulo: Atlas, 2006, p. 100-102.

NETTO, José Laurindo de Souza. **Lavagem de dinheiro:** comentários à Lei 9.613/98. São Paulo: Juruá, 1999.

PINHEIRO, José Mauricio dos Santos. **Da iniciação científica ao TCC.** Editora Ciência Moderna. Rio de Janeiro. 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampla São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

TIGRE MAIA, Rodolfo. **Lavagem de dinheiro:** anotações às disposições criminais da Lei nº 9.613/98. São Paulo, Malheiros, 1999.

UNDCP. United Nations Global Programme. **Against money laundering.** Viena: United Nations Departament of Public Information (DPI), 1998.

WALKER, John. **“Modeling global money laundering flows”**, 1999

ANEXO E APÊNCICE

ANEXO 01 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS LISTADAS NA BOVESPA

ALFA HOLDING S.A.
BANESTES S.A - BANCO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
BANCO ABC DO BRASIL S.A.
BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.
BANCO AMAZÔNIA
BANCO BRADESCO S.A.
BANCO DO BRASIL S.A.
BANCO BTG PACTUAL S.A
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.
BANCO DAYCOVAL S.A
BANCO DO ESTADO DO SERGIPE S.A - BANESE
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL BANRISUL
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A
BANCO INDUSVAL S.A
BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A
BANCO NORDESTE DO BRASIL S.A
BANCO PANAMERICANO S.A
BANCO PATAGÔNIA S.A
BANCO PINE S.A
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A
BANCO SOFISA S.A
BANCO DE BRASÍLIA S.A
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.
PARANÁ BANCO S.A.

BMFBOVESPA, **Empresas Listadas**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?segmento=Bancos&idioma=pt-br>. Acesso em 10 de junho de 2012.

APÊNDICE 01 – DETALHAMENTO DO ATENDIMENTO

1. ALFA HOLDING S.A.

Enviado email e contato feito por telefone através da ouvidoria.

sacfinanceiraalfa@alfanet.com.br

Ouvidoria: 0800-722-0140 / (11) 3175 5000

Enviado email em 21.11.11

<http://www.alfanet.com.br/default.aspx?pagid=KKDIRKSM>

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD.

2. BANESTES S.A - BANCO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Enviado email e contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 727 0030

Passou contato administrativo: 027 3383 1280

Enviado email em 22.11.11 para Carla França, responsável pelo setor de Combate à Lavagem de Dinheiro.

http://www.banestes.com.br/banestes_ri/mapa_do_site.html#

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD.

3. BANCO ABC DO BRASIL S.A.

Enviado email e contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 725 7595

ouvidoria@abcbrasil.com.br.

Enviado email em 21.11.11

O Grupo ABC tem como norma a obrigação de identificar as operações de lavagem de dinheiro e exige que todos os seus funcionários obedeçam às instruções detalhadas fornecidas. É essencial que todos os funcionários estejam familiarizados com estas instruções, assim como com as obrigações adicionais impostas pelas leis de âmbito local.

Informações adicionais podem ser obtidas na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

Não foi encontrado no site a política de prevenção à lavagem de dinheiro, nem por solicitação via email.

4. BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 722 0140

<http://www.alfanet.com.br/default.aspx?pagid=JTDGVNPM>

Enviado email em 21.11.11

Contém em seu site a Lei 9.613/98, mas não especifica as práticas adotadas.

http://www.alfanet.com.br/institucional/downloads/alfacorretora/Lei_9613.PDF

5. BANCO AMAZÔNIA

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 722 21 71

<http://www.basa.com.br/>

Enviado email em 21.11.11

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD.

6. BANCO BRADESCO S.A.

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 727 9933

<http://www.bradesco.com.br/abertura.html>

Enviado email em 21.11.11

No site desta instituição financeira está disponível apenas o Regimento do Comitê Executivo de

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, não apresentando as práticas e procedimentos adotados.

7. BANCO DO BRASIL S.A.

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 729 0722

<http://www.bb.com.br/portalbb/page207,136,145,0,0,1,8.bb>

TEM NO SITE – Esta instituição financeira disponibilizou documentação necessária e foi possível responder ao *check-list* aplicado na pesquisa em questão.

Documentação também disponibilizada em agência.

8. BANCO BTG PACTUAL S.A

Contato feito por telefone através do RI.

(11) 3383-2000

http://ri.btgpactual.com/btgpactual/web/conteudo_pt.asp?conta=28&id=150025&tipo=40151&idioma=0

Enviado email em 21.11.11

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD, apenas a instituição afirma estar de acordo com todas as normas e regulamentos e conter código e ética.

9. BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 704 7405 - 0800 722 6040

Encaminharam para administração 11 3848 1800.

<http://www.bcsul.com.br/>

Em seu site afirma ter um comitê de prevenção à lavagem de dinheiro:

“O Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro é um órgão não estatutário de caráter permanente. O Comitê é composto por no mínimo 03 (três) membros, nomeados pelo Conselho de Administração do Banco, podendo exercer esta função Diretores e Superintendentes do Banco. Este Comitê tem por objetivo aprovar normas, procedimentos, medidas e orientações que assegurem corporativamente a aderência à regulamentação aplicável e às diretrizes do Conglomerado Cruzeiro do Sul, assim como propor atribuições às Áreas afeitas, designando as responsabilidades pertinentes. Deve submeter ao Comitê de Gestão proposta para o estabelecimento ou alterações de Políticas aplicáveis, e acompanhar a efetividade das atividades relacionadas ao tema. O Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro responderá e reportará suas atividades em primeiro lugar ao Comitê de Gestão.”

Entretanto não revela suas práticas adotadas.

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD.

10. BANCO DAYCOVAL S.A

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 777 0900

http://www.daycoval.com.br/Daycoval_RI/Site/Pt/Pages/governancacorporativa/manualConduta.aspx

Enviado email em 24.11.11

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD.

11. BANCO DO ESTADO DO SERGIPE S.A – BANESE

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 284 5757

TEM NO SITE - Esta instituição financeira disponibilizou documentação necessária e foi possível responder ao *check-list* aplicado na pesquisa em questão.

Enviado email em 24.11.11

<http://www.banese.com.br/>

12. BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 280 6605

Relação com investidores/ governança corporativa/ Política de prevenção à lavagem de dinheiro (página em construção).

<http://www.banparanet.com.br/>

Enviado email em 23.11.11

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD, a página destinada para descrever as práticas adotadas está em construção durante toda a realização da presente pesquisa.

13. BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL BANRISUL

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 646 1515

TEM NO SITE - Esta instituição financeira disponibilizou documentação necessária e foi possível responder ao *check-list* aplicado na pesquisa em questão.

Na aba de Relação com Investidores/ Procurar: Lavagem de Dinheiro.

<http://www.banrisul.com.br/>

14. BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A (BIC BANCO)

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 725 2242

TEM NO SITE - Esta instituição financeira disponibilizou documentação necessária e foi possível responder ao *check-list* aplicado na pesquisa em questão.

<http://www.bcb.gov.br/busca.asp?consulta=%22lavagem+de+dinheiro%22&pesquisar.x=5&pesquisar.y=8&pesquisar=submit>

15. BANCO INDUSVAL S.A

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 704 0418

TEM NO SITE - Esta instituição financeira disponibilizou documentação necessária e foi possível responder ao *check-list* aplicado na pesquisa em questão.

<http://www.bip.b.br/port/ri/home/busca.asp?busca=%22lavagem+de+dinheiro%22&img01.x=9&img01.y=9>

16. BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 707 0384

Enviado email em 24.11.11

<http://www.mercantildobrasil.com.br/hpg/institucional/ri/conheca.aspx>

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD.

17. BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 707 0398

Enviado email em 24.11.11

<http://www.mercantildobrasil.com.br/hpg/institucional/ri/conheca.aspx>

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD.

18. BANCO NORDESTE DO BRASIL S.A

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 728 3030

Enviado email em 24.11.11

http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/Grupo_Principal/Home/conteudo/home_ri.asp

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD.

19. BANCO PANAMERICANO S.A

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 775 8686

Enviado email em 24.11.11

<http://www.panamericano.com.br/site/content/home/Default.aspx>

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD.

20. BANCO PATAGÔNIA S.A

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 729 0722

Enviado email em 21.11.11

<http://www.panamericano.com.br/site/content/ri1/Default.aspx>

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD.

21. BANCO PINE S.A

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 725 7463

ouvidoria.pine@bancopine.com.br

Enviado email em 21.11.11

http://ri.bancopine.com.br/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=5309

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD.

22. BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 762 7777

Enviado email em 21.11.11

<http://www.santander.com.br/portal/wps/script/templates/GCMRequest.do?page=7631>

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD.

23. BANCO SOFISA S.A

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 723 5500

Enviado email em 21.11.11

<http://www.sofisadireto.com.br/Default.aspx>

Nada encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD.

24. BANCO DE BRASÍLIA S.A

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 648 6162

Enviado email em 21.11.11

Segue abaixo o que foi encontrado no site sobre práticas adotadas de PCLD:

Lavagem de Dinheiro é o processo pelo qual o criminoso transforma recursos ganhos em atividades ilegais em ativos com uma origem aparentemente legal. Essa prática envolve múltiplas transações, usadas para ocultar a origem dos ativos financeiros e permitir que eles sejam utilizados sem comprometer os criminosos. A dissimulação é, portanto, a base para toda operação de lavagem que envolva dinheiro proveniente de um crime antecedente.

A “lavagem de dinheiro” é uma ameaça global que movimenta bilhões de dólares anualmente. Por esse motivo, órgãos internacionais de cooperação vêm se desdobrando para adotar medidas que assegurem o combate a esse tipo de crime.

A “lavagem de dinheiro” tem dois aspectos que merecem sérias considerações:

Permite que criminosos perpetuem suas atividades ilícitas, facilitando o acesso aos lucros oriundos de negócios escusos;

Mancha as instituições financeiras, minando a confiança pública, sua integridade, credibilidade e imagem.

O BRB - Banco de Brasília, ciente dos problemas que envolvem a utilização do sistema financeiro no crime de “lavagem de dinheiro”, adotou medidas internas (comunicação de operações e indícios) para

reduzir os riscos inerentes aos negócios da organização. Dessa forma, o compromisso de cada funcionário da Instituição ou de parceiros contratados é de fundamental importância no processo de prevenção e combate ao crime de lavagem de dinheiro.

25. ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Enviado email em 21.11.11

Ouvidoria: 0800 570 0011

TEM NO SITE - Esta instituição financeira disponibilizou documentação necessária e foi possível responder ao *check-list* aplicado na pesquisa em questão.

<http://ww13.itaub.com.br/portalri/index.aspx?idioma=port>

26. ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Ouvidoria: 0800 570 0011

Enviado email em 21.11.11

<http://ww13.itaub.com.br/ItaUSA/Content/Busca/Busca.aspx?query=lavagem%20de%20dinheiro>

Não foram encontradas informações no site sobre práticas adotadas de PCLD suficientes para responder ao *check-list*, elaborado na presente pesquisa.

27. PARANÁ BANCO S.A.

Contato feito por telefone através da ouvidoria.

Enviado email em 21.11.11

Ouvidoria: 0800 645 6094

http://paranabanco.riweb.com.br/Show.aspx?id_materia=s5bb7si6jHtVoIfODbjbXg==&id_canal=RiT R5yKcSes2k28qfkADeQ==&id_canalpai=DhRRRgNexHkP6lJPHdfUMw==

Não foram encontradas informações no site sobre práticas adotadas de PCLD suficientes para responder ao *check-list*, elaborado na presente pesquisa.

Tocante à prevenção à Lavagem de Dinheiro, o Paraná Banco divulga em seu site as informações a seguir representadas:

Prevenção e combate à "Lavagem de Dinheiro"

O Paraná Banco coopera plenamente, de acordo com as leis aplicáveis, com os esforços dos órgãos governamentais competentes para detectar, prevenir e combater o crime de "Lavagem de Dinheiro".

I. O que é "Lavagem de Dinheiro"?

Lavagem de Dinheiro é o nome dado aos diversos processos através dos quais é possível ocultar ou disfarçar a origem de direitos e valores ilegalmente obtidos, a fim de que pareça proveniente de fonte legítima. Portanto, qualquer suspeita de "Lavagem de Dinheiro" deverá ser imediatamente comunicada ao Compliance.

II. Responsabilidade

É obrigatório manter-se atento a transações não usuais envolvendo clientes, outros Colaboradores ou o nome do Banco.

Caso observa-se que exista alguma ação suspeita que possa caracterizar crime de "Lavagem de Dinheiro", o Compliance deve ser imediatamente comunicado.

III. Como proceder com as operações e casos suspeitos?

Devem ser respeitadas e cumpridas todas as regras e medidas de segurança, determinadas pelo Banco Central do Brasil e normas internas do Banco, para controle, investigação e prevenção à "Lavagem de Dinheiro". Não poderão ser conduzidas transações comerciais com clientes que deixarem de fornecer comprovações adequadas das respectivas identidades ou que tentarem enganar órgãos regulamentares com o fornecimento de informações incompletas, adulteradas ou enganosas. Não é permitido relatar ao cliente que sua transação é suspeita ou está sendo investigada.

Comprometido com os mais elevados padrões de ética do mercado, o Banco disponibiliza aos seus Colaboradores:

A. Política e Procedimentos para Prevenção e Combate à “Lavagem de Dinheiro”

Políticas e Procedimentos contemplados nos respectivos documentos: PIN. 08 (Política Institucional) e NP-SOP.13 (Normas e Procedimentos – Suporte Operacional), que versam sobre prevenção à “Lavagem de Dinheiro”.

B. Treinamento Periódico

Extensivo e obrigatório a todos os Colaboradores do Banco, sobre “Técnicas de Prevenção e Combate à “Lavagem de Dinheiro””, aplicado por instituição certificada pelo PNLD (Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro).

